

Nossa América

Vidas secas
Ordem do cangaço

Águas, biomas,
Animais, culturas

Reconversão
Ser/tão-quilombola
Contracolonização

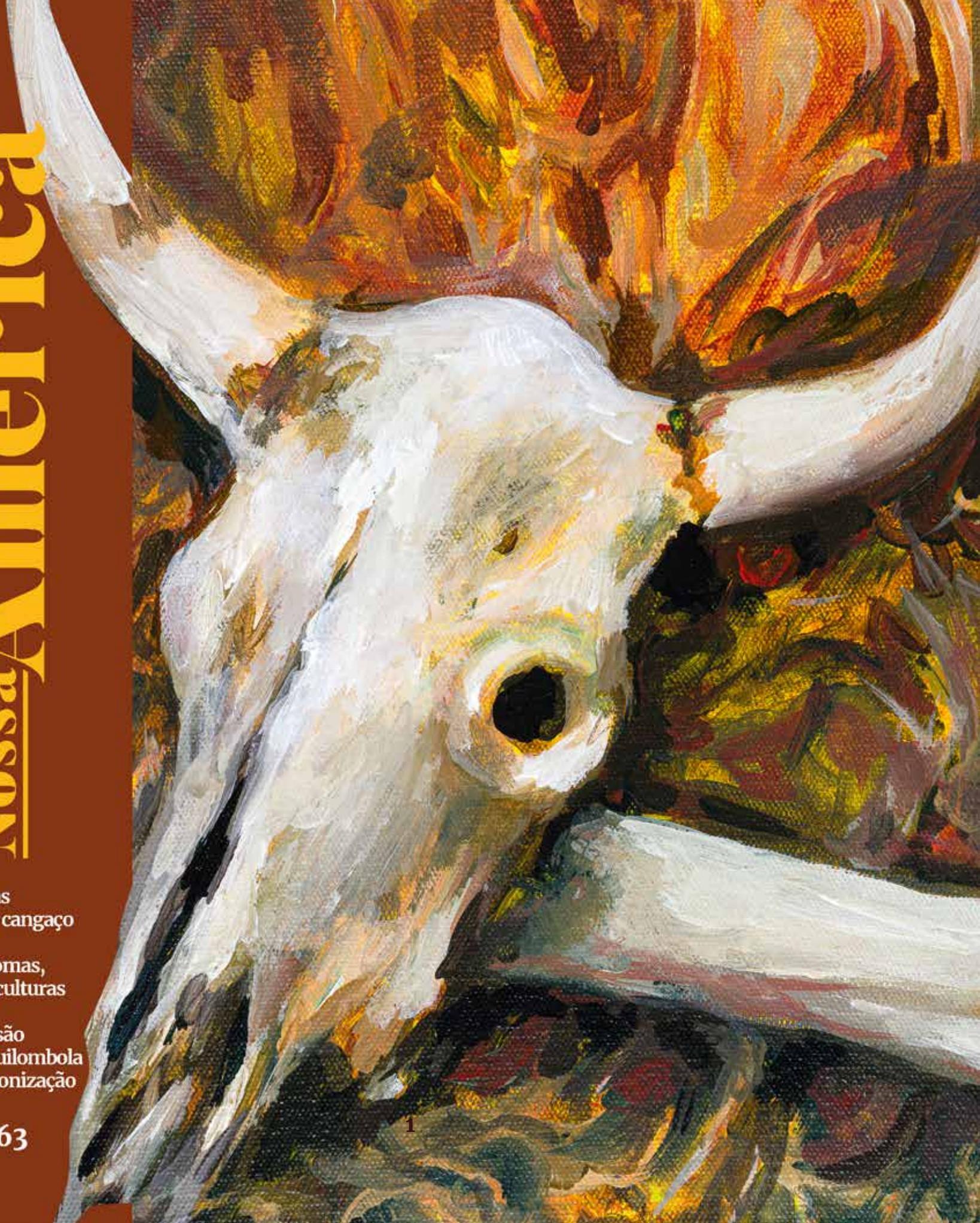
nº 63

1

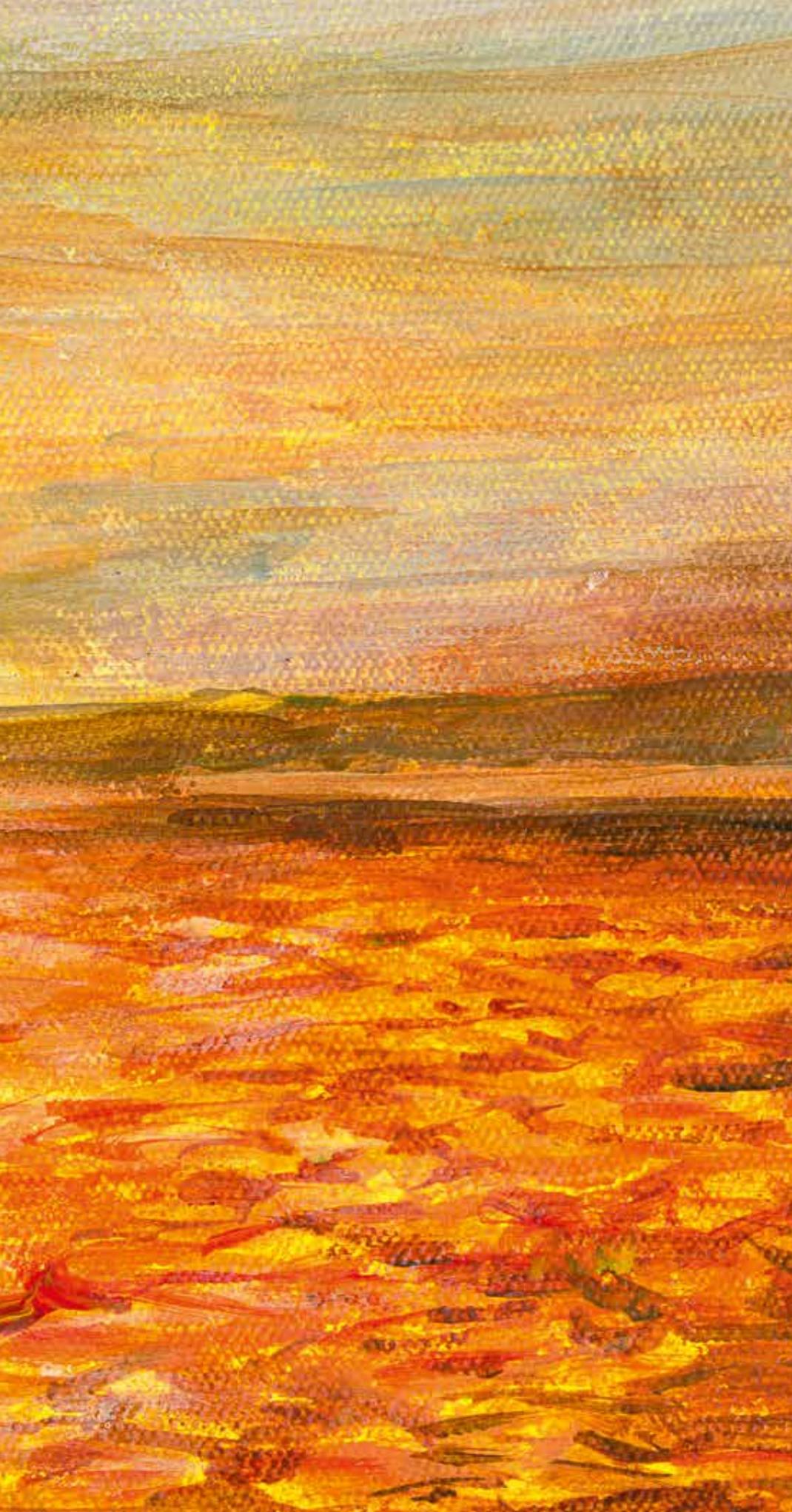
ALBERTO VAZ

1977/2001

ALBERTO VAZ







“

Um amigo me pede que diga como nasceram as personagens principais de alguns romances meus ultimamente publicados.

[...]

Em 1937 escrevi algumas linhas sobre a morte duma cachorra, um bicho que saiu inteligente demais, creio eu, e por isso um pouco diferente dos meus bípedes. Dediquei em seguida várias páginas aos donos do animal. Essas coisas foram vendidas, em retalho, a jornais e revistas. E como José Olympio me pedisse um livro para o começo do ano passado, arranjei outras narrações, que tanto podem ser contos como capítulos de romance. Assim nasceram Fabiano, a mulher, os dois filhos e a cachorra Baleia, as últimas criaturas que pus em circulação.

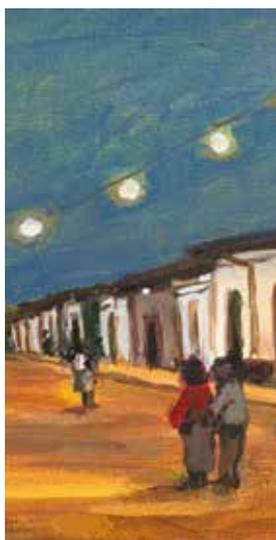
Todos os meus tipos foram constituídos por observações apanhadas aqui e ali, durante muito anos. É o que penso, mas talvez me engane. É possível que eles não sejam senão pedaços de mim mesmo e que o vagabundo, o coronel assassino, o funcionário e a cadela não existam.

agosto de 1939

Graciliano Ramos.
Linhas tortas, 22ª edição
Record, 2015, p.199

Ilustração | Adriana Coppio

6



Editorial

Pedro Mastrobuono

8



Integração líquida, frágil e invisível

Marcos Gregório Gomes



14

Dentro e juntos, somos parte da natureza

*Natascha Stefania
Carvalho de Ostos*

26 As cisternas ontológicas do ser/tão-quilombola

Francisco Phelipe Cunha Paz





48

Viço do velho Graça

Rodrigo Casarin



68

Disputas de gênero desafiam tradições sagradas da diáspora negra na América Latina

Claudia Alexandre



76

Reconversão controversa: os bnei anussim do Brasil

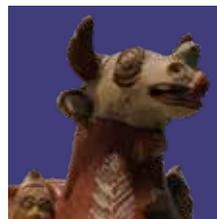
Mirella de Almeida Braga



52

Ensaio visual: Vidas Secas

Adriana Coppio



96

Arte que molda a terra perto do céu

Maristela Debenest



104

Coleção Hector Babenco

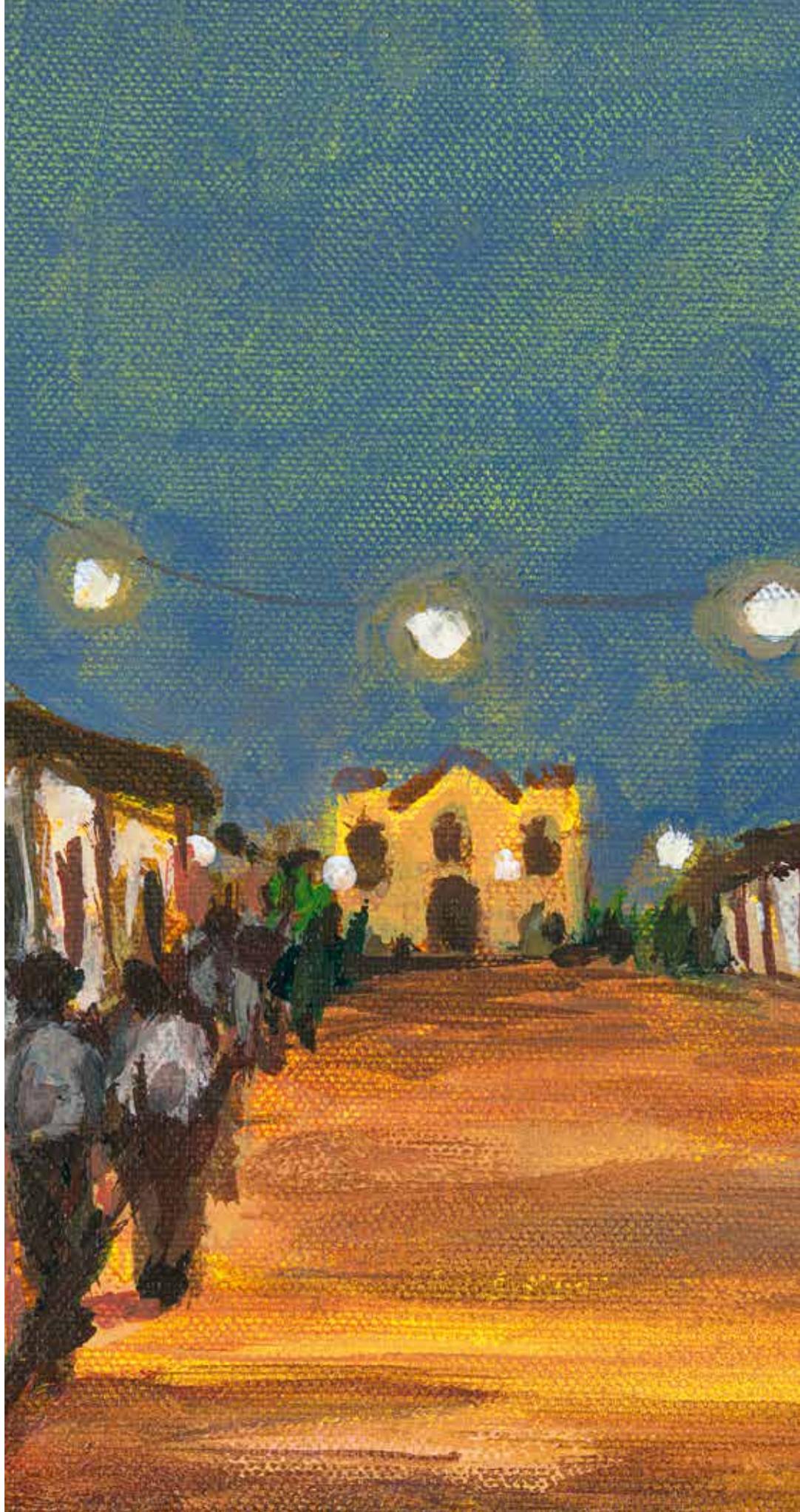
Paulo Lannes

Editorial

Ao conceber um Memorial para a América Latina, Darcy Ribeiro imaginou um centro de estudos que fomentasse a pesquisa e debatesse os problemas reais dos latino-americanos. Naquele tempo, final dos anos 1980, como agora, os assuntos que afetavam a vida real das pessoas precisavam ser identificados, analisados e interpretados. E isso seria feito por meio do que o antropólogo chamou de Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, deste Memorial. Teria o CBEAL a missão de nos dar a conhecer a nós mesmos. E divulgar esse conhecimento por meio de uma publicação não acadêmica, destinada ao grande público - a Nossa América / Nuestra América.

É o que a revista que vocês têm mãos faz até hoje. Neste número, por exemplo, foram enfrentados assuntos que dominam o debate público atualmente, em especial na região latino-americana, como os dilemas ambientais, a escassez de água, o aquecimento global, as enchentes e a relação do ser humano com os outros animais.

Outro bloco de matérias desta edição é sobre a relação entre terra e cultura. Comentamos a nova edição do romance *Vidas Secas* (que fez de Graciliano Ramos um dos autores mais importantes da literatura brasileira no século XX), lançado pela editora Antofágica neste ano após a obra do autor





entrar em domínio público. E celebramos o mundo do escritor com as belas pinturas de Adriana Coppio.

Esse mesmo universo recebe o olhar reflexivo do historiador Francisco Phelipe Cunha Paz, embora não fale de literatura. Inspirado pelo filósofo Nego Bispo, o artigo *As cisternas ontológicas do ser/tão-quilombola* defende que o sertão é, na verdade, um “espaço de encontros vitais, encantados, de envolvimento, de recusa à cosmofobia sintética do desenvolvimento...”

Outro destaque desta Nossa América/ Nuestra América é *A ordem do cangaço – uma alegoria*, texto magistral de Frederico Pernambucano de Mello, grande pesquisador e dono, talvez, do maior acervo sobre esse fenômeno social.

Da “*estética da fome*” do Cinema Novo à “*Cosmética da fome contemporânea*” é uma reflexão sobre os caminhos do cinema brasileiro a partir da trajetória de Gláuber Rocha que, aliás, trabalhou como nenhum outro o imaginário do cangaço e do sertão. Fechando essa temática, temos *Arte que molda a terra perto do céu*, poética matéria de Maristela Debenest sobre os artesãos do barro de Ayacucho, Peru, cujas obras fazem parte do Pavilhão da Criatividade.

Nossa América/ Nuestra América traz ainda matérias sobre linhagens espirituais presentes em nossa região há cinco sécu-

los: *Disputas de gênero desafiam tradições sagradas da diáspora negra na América Latina* aborda o protagonismo feminino nas religiões de matrizes africanas, enquanto *Reconversão controversa: os bnei anussim do Brasil* trata do fenômeno da conversão ao judaísmo no nordeste brasileiro.

Por fim, gostaria de apresentar a vocês um exercício de imaginação histórica notável. *Caupolicán, Lautaro y el espejo humeante*, dos argentinos Javier Villanueva e Alberto Hernández, é um romance inédito no Brasil em que os autores ficionam uma invasão da península Ibérica por uma aliança comandada pelo povo Mapuche sul-americano. A vingança dos colonizados no século XVI! Parece até que vai virar filme. Publicamos o texto original em castelhano e sua tradução para o português, numa edição caprichada com arte do ilustrador Rentz. Não deixe de ler. Como, aliás, as demais matérias desta Nossa América/ Nuestra América. É a melhor maneira de ajudar a manter viva essa revista que completa 35 anos.

Boa leitura.

Pedro Mastrobuono
Presidente da Fundação
Memorial da América Latina

Pintura de Adriana Coppio para a edição de 2024, do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos



Integração líquida, frágil e invisível

Marcos Gregório Gomes

Esperança em tempos de emergência ambiental, a água potável subterrânea do Aquífero Guarani abastece amplas regiões do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. E tem o potencial de fazê-lo ainda mais, mas enfrenta riscos de contaminação e de exploração excessiva em algumas áreas

Poço Tubular Guarani de São José do Rio Preto, SP. Na cidade há em operação nove poços e dois em construção

Foto | Divulgação SeMAE - Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto

Com perdão do trocadilho, seria chover no molhado começar esta matéria falando de emergência climática. Do calorão e da seca. Do incêndio das matas e da falta de água. Dos tufões e das enchentes. Muitas enchentes. Não, desta vez vamos falar da imensa riqueza que não se vê, mas pode nos matar a sede. É inegável, diante do grande problema que a falta de água representa, as atenções se voltam para os aquíferos, gigantescos mananciais subterrâneos de água doce.

Como sabemos, 97% de toda a água que existe no planeta está nos oceanos e mares, mas a salinidade impede seu consumo. Dos 3% restantes, que correspondem à totalidade de água doce, 2% ocorrem como gelo, o que praticamente inviabiliza sua exploração. Assim, apenas 1% de toda água do planeta é líquida e doce. Se confiássemos apenas no que os olhos veem, acreditaríamos que esse 1% corresponderia à água de rios, lagos e reservatórios superficiais. Mas estaríamos equivocados. De toda a água disponível para consumo que existe no planeta, 99% estão armazenados em reservatórios subterrâneos!

No mundo inteiro é assim: as maiores reservas de água doce e líquida são invisíveis a olhos desparelhados. Os aquíferos são formados por rochas permeáveis, completamente saturadas de água, limitadas em sua base por rochas pouco permeáveis. A água que se acumula neles vem da infiltração da chuva entre grãos de areia ou rachaduras, fendas e frestas nessas rochas porosas, onde se armazena. Os aquíferos permitem um fluxo significativo de águas subterrâneas, podendo fornecê-las em volumes consideráveis por meio de poços bastante profundos.

O maior aquífero do mundo fica na Austrália e se estende por 1,7 milhão de km². O segundo maior é o Aquífero Guarani (1,1 milhão de km²), no continente sul-americano, seguido por dois aquíferos africanos, o Arenito Núbia (que abrange Egito, Líbia, Chade e Sudão) e o Kalahari/Karoo (Namíbia, Botsuana e África do Sul). Em quinto lugar vem o Aquífero Digitalwaterway Vecht (Alemanha e Holanda), na Europa.

Água doce para matar a sede

Só no Brasil são estudados quase trinta aquíferos, que se espalham pelo subsolo de estados e países vizinhos. O maior deles é mesmo o Guarani – mas outros grandes aquíferos se estendem pela Amazônia, pelo Nordeste e por todos os outros estados e regiões. O centro-sul brasileiro, o leste do Paraguai, o noroeste da Argentina e o norte do Uruguai estão assentados sobre o maior aquífero

transfronteiriço do mundo e o mais importante da América do Sul. O Sistema Aquífero Guarani (SAG), imensa reserva subterrânea de água potável, se estende por mais de 1,1 milhão de km². Cerca de 36.000 km² (3% do aquífero) estão sob o Uruguai, 88.000 km² (8%) sob o Paraguai, 228.000 km² (21%) na Argentina e 736.000 km² (68%) no Brasil. É uma área maior que França, Espanha e Portugal juntos.

O livro *A integração das águas – revelando o verdadeiro Aquífero Guarani* conta como surgiu o nome unificado dessas águas escondidas em diferentes países: “O termo Guarani foi sugerido pelo geólogo (uruguaio) Danilo Antón em uma conversa informal com os colegas Jorge Montañó Xavier e Ernani Francisco da Rosa Filho, geólogos da Universidad de la Republica de Uruguay e Universidad Federal do Paraná, respectivamente, em algumas reuniões que aconteceram em Montevideú, em 1994, e aprovado com o respaldo dos quatro países da abrangência do aquífero, em uma reunião em Curitiba (Paraná), em maio de 1996. O objetivo era unificar a nomenclatura das formações geológicas que formam o aquífero e que recebem nomes diferentes nos quatro países (Piramboia/Botucatu, no Brasil; Misiones, no Paraguai; Tacuarembó, na Argentina e Buena Vista/Tacuarembó, no Uruguai) e, simultaneamente, prestar uma homenagem aos índios guaranis que habitavam a área de sua ocorrência, na época do descobrimento da América. [...] Para Danilo Antón, a designação do nome Guarani ao aquífero, além de uma homenagem, é também uma humilde intenção de começar a resgatar os valores humanos e a rica cultura dessa nação histórica, base ancestral de nossas sociedades crioulas e nacionais.”¹

A previsão de que a próxima guerra será por água – e não por petróleo – não se aplica ao Aquífero Guarani, evidentemente. Segundo Cinthia Leone dos Santos, especialista em Ciência Ambiental pelo Instituto de Energia e Ambiente e membro do Laboratório de Geografia Política, ambas da Universidade de São Paulo, o acordo firmado em 2010 por Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil que regula a utilização das águas do Aquífero Guarani é um exemplo para os países: “É o primeiro tratado do mundo sobre águas transfronteiriças assinado sem que um conflito bélico ou diplomático estivesse em curso” e “se destina, sobretudo, a determinar a titularidade do Aquífero Guarani, ou seja, dizer quem são os únicos donos dessa reserva”².

O Aquífero Guarani repousa sob o solo de áreas urbanas e rurais, em 40% da bacia do Rio da Prata. Se usado de forma sustentável e integrada aos rios e represas pode garantir água para toda a população local e resolver o problema das secas regionais. Estima-se que sua capacidade de vazão total chegue a 37 mil quilômetros cúbicos de água e que anualmente seja realimentado por 163

“

O Aquífero Guarani não é propriamente um imenso lago de água doce no subsolo profundo, mas algumas camadas de pedras porosas encharcadas de água, como uma esponja de rocha.

quilômetros cúbicos de água das chuvas. Mas, com a mudança do regime de chuvas, devido à emergência climática, como ficará? Os estudiosos preveem um aumento significativo da pluviosidade nas regiões Sudeste e Sul, seguido de longos períodos de seca...

O Aquífero Guarani não é propriamente um imenso lago de água doce no subsolo profundo (50 a 1500 metros), mas algumas camadas de pedras porosas encharcadas de água, como uma esponja de rocha. Essas camadas também têm formatos, profundidades e extensões diferentes – como um bolo com vários recheios, feito por alguém muito inexperiente e desastrado. As rochas que compõem o Aquífero Guarani se formaram há mais de 200 milhões de anos, quando o Brasil e a África estavam unidos no supercontinente Gondwana. Os grãos de sedimentos reunidos no relevo mais baixo – bacias do Paraná (nos atuais Brasil e



Paraguai), do Chaco-Paraná (Argentina) e do Norte (Uruguai) – já então acumulavam água. Quando o supercontinente da Gondwana se rompeu, separando a África da América do Sul, a violenta atividade vulcânica cobriu essas três bacias sedimentares com lavas basálticas, o que só cessou 65 milhões de anos atrás. O longo e progressivo soterramento consolidou os sedimentos vulcânicos em rochas, que acumularam água em seus trincamentos e espaços.

Essa história geológica explica por que o Aquífero Guarani é coberto por rochas basálticas impermeáveis em áreas do Paraguai e do Uruguai. Sendo menos permeáveis, essas rochas dirigem a água das chuvas para regiões permeáveis, para recarga do sistema: as extremidades leste e oeste da bacia do Paraná, uma faixa leste-oeste no estado do Rio Grande do Sul e outra norte-sul na porção nordeste do Uruguai. Essas áreas, onde o SAG é livre e aflorante,



Construção da parede do reservatório de São José do Rio Preto, SP

Foto | Divulgação SeMAE

respondem tanto pela recarga como pela descarga das águas subterrâneas, seja por afloramentos naturais seja pela construção de poços artesianos. É nelas que se observam casos de exploração excessiva do reservatório natural.

O relevo brasileiro também interliga o fluxo e os sistemas de acumulação e distribuição de água. Os terrenos elevados de solo profundo e poroso do Cerrado absorvem as chuvas no Planalto Central e canalizam a água para as nascentes de oito das doze bacias hidrográficas mais importantes; e alimentam a *manta de água* do Aquífero Guarani. A espessura dessa *manta* varia entre 200 e 300 metros, podendo atingir mais de um quilômetro.

As vazões dos poços mostram que a produtividade do Guarani é elevada, com média menor no Paraguai (20 m³ por hora) e maior na

Argentina (270 m³/h), podendo ultrapassar 750 m³/h em alguns locais. Um consórcio formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mais Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Banco Mundial e Organização dos Estados Americanos (OEA), desenvolveu entre 2003 e 2009 os últimos estudos do Projeto para a Proteção Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (PSAG). O Projeto estimou as reservas do aquífero, tanto as renováveis ou ativas (volumes de água que anualmente entram livres, chamados de recarga efetiva anual) como as não renováveis (estáticas, permanentes ou fósseis). As reservas renováveis podem variar de 28 km³ a 60 km³ por ano. Idealmente, as reservas exploráveis renováveis dos aquíferos não devem ultrapassar 15% da recarga a cada ano.

Já as reservas fósseis do Aquífero Guarani (total de água aprisionada há muito tempo nos poros e fraturas do reservatório) correspondem a cerca de 31.000 km³. Embora possam parecer gigantes, estas devem ser exploradas com extremo critério e apenas em circunstâncias em que as reservas renováveis não sejam suficientes para atender a necessidades específicas. As áreas de recarga do aquífero também devem ser protegidas da contaminação por esgoto doméstico, aterros sanitários e lixões, nas cidades, e por inseticidas, herbicidas e adubos no campo.

Atualmente, cerca de 2 mil poços artesianos conhecidos extraem do Aquífero Guarani aproximadamente 1 km³/ano de água, um valor bem aquém da reserva renovável passível de exploração. O Brasil é responsável por captar 94% desse volume de água, a maior parte voltada para a agropecuária e para o abastecimento industrial, público e doméstico em muitas cidades.

Perigo à vista

A contaminação, grande ameaça aos aquíferos em todos os continentes, está presente em diversos aquíferos brasileiros e de outros países americanos. Em aquíferos de grande porte e transfronteiriços, como o Guarani, o problema pode ser ainda maior. Há regiões do Aquífero Guarani em que já se observa a superexploração da água de recarga ou a salinização de poços, em áreas costeiras. Outras regiões, especialmente as situadas nas vulneráveis áreas de recarga, são impactadas por contaminantes de atividades humanas: nitratos oriundos de esgotos e de

fertilizantes, compostos orgânicos sintéticos e derivados do petróleo, entre outros. O problema é que essa contaminação, assim como o aquífero, é invisível: infiltrada nos solos, parece nem existir. Mas existe e é cotidiana.

No nosso país, o Guarani se espalha pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As dificuldades também estão espalhadas. “O Aquífero Guarani é visto como uma reserva de água para o ‘futuro’, mas ele já é intensamente usado no Brasil há muitos anos, e o pior, de maneira irresponsável, com pouca fiscalização de poços clandestinos, poluição e exploração acima da capacidade de recarga das regiões”, alerta Cinthia Leone dos Santos.

Os aquíferos transfronteiriços possuem, em geral, uma grande capacidade de reserva de água e, por esse motivo, o mapeamento, a avaliação de sua capacidade produtiva e da qualidade de suas águas e a definição de mecanismos de governança são fatores-chave para garantir a utilização sustentável dos recursos hídricos e a cooperação entre os territórios que os compartilham, a fim de evitar a superexploração ou a poluição dessas reservas. No entanto, por serem recursos invisíveis para as pessoas, a gestão das águas subterrâneas normalmente é muito ineficiente e pouco ou quase nada integrada às das águas superficiais.

A reposição pelas chuvas desse volume captado não é automática. Em 11 de outubro de 2024, a Agência FAPESP divulgou um alerta com o seguinte título: “Chuvas não conseguem repor toda a água consumida do Aquífero Guarani”³. Segundo a matéria, pesquisadores da Universidade Estadual Paulista mediram “a contribuição das águas pluviais e subterrâneas para a manutenção de nascentes e rios na região de Brotas, na porção central do Estado de São Paulo, localizada na sub-bacia do Alto Jacaré-Pepira, onde o abastecimento urbano, a agricultura e o turismo intensivo dependem fortemente dos recursos hídricos”. Os resultados indicam que “as chuvas não conseguem repor toda a água do Aquífero Guarani que vem sendo utilizada nas diversas atividades humanas, o que coloca a sustentabilidade do sistema em risco”.

Os pesquisadores publicaram um artigo sobre esse perigo na revista científica *Isotopes in Environmental and Health Studies*. Um dos autores, Didier Gastmans, do Centro de Estudos Ambientais da Unesp, adverte: “Sempre existiu uma falsa ideia de que todas



as áreas de afloramento do Aquífero Guarani fossem também áreas de recarga para as regiões confinadas e mais profundas do aquífero. Mas nosso estudou apontou que a recarga que ocorre nas áreas de afloramento contribui fundamentalmente para a manutenção do sistema hidrológico local, ou seja, para a manutenção dos fluxos dos rios e das descargas das nascentes. As águas subterrâneas que estão sendo hoje superutilizadas nas várias modalidades de consumo humano são, na verdade, bastante antigas. Como a datação com carbono-14 apresenta várias incertezas, realizamos em parceria com a Agência Internacional de Energia Atômica um projeto no qual foi utilizado um outro traçador, um gás nobre, o criptônio-81, que associado a outro isótopo, o hélio-4, proporciona valores muito precisos de idade. E detectamos idades variando de 2.600 anos, em Pederneiras, até 127 mil anos em Bebedouro, 230 mil anos em Ribeirão Preto e 720 mil anos no Paraná”.



Reservatório de água extraída do Aquífero Guarani de São José do Rio Preto, SP, responsável por 30% do abastecimento de água dos 501.597 habitantes do município.

Fotos | Divulgação SeMAE

“

No nosso país, o Guarani se espalha pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

São essas águas antigas que estão em perigo com a superexploração. Os cerca de 50 quatrilhões de litros de água pura e aquecida (a cada 100 metros para baixo, a temperatura do solo sobe 3 graus, esquentando as águas profundas a até 50 graus Celsius) são um recurso estratégico, invisível e frágil que não pode ser negligenciado. “Compreender como o aquífero é recarregado e a dinâmica entre as águas pluviais e subterrâneas é o primeiro passo para garantir sua utilização de forma sustentável. Monitoramento em larga escala e gestão adequada são os passos subsequentes”, conclui Gastmans.

Resta muito a fazer para matar a sede do futuro. E o trocadilho para arrematar o texto? Pensando bem, melhor não o fazer. Não tem clima para isso, não é mesmo?

1 BORGHETTI, Nadia Rita Boscardin, BORGHETTI, José Roberto e ROSA Fº, Ernani Francisco da. A integração das águas – revelando o verdadeiro Aquífero Guarani. Curitiba: Edição da Autora, 2011, p. 155 e seguintes. Publicado com o apoio da Itaipu Binacional e da Fundação Roberto Marinho. Disponível em <https://encurtador.com.br/kz5UI>.

2 “Aquífero Guarani: uma reserva de água para o futuro?” Entrevista de Cinthia Leone dos Santos ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://1nq.com/XGx7B>

3 Disponível em: <https://urlc.net/OgAQ>

Marcos Gregório Gomes | Jornalista.



Dentro e juntos, somos parte da natureza

*Tragédia climática no Sul
demonstra que vivemos numa
sociedade multiespécie dependente
da existência equilibrada de outras
formas de vida*

**Natascha Stefania
Carvalho de Ostos**

Os bichos que podem ser individualizados (porque têm nomes e “donos”) são alvo de empatia. Mas e os outros das mais diversas espécies que convivem com o animal humano?

Fotos | Ivan di Simoni e Cristiano Cardoso
Instituto Ampara Animal



As relações entre os animais humanos e não humanos são históricas, portanto sujeitas a mudanças e permanências. No Brasil, desde o início do século XX foram apresentados alguns projetos de lei visando proteger os bichos do arbítrio humano, mas eles não foram adiante. O Decreto 24.645, estabelecendo medidas de proteção aos animais em âmbito nacional, foi promulgado somente em 1934, no governo Getúlio Vargas. O texto, redigido em parceria com a União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo, elencava e proibia práticas cruéis, legislando principalmente a favor dos animais domésticos e “úteis” (do ponto de vista humano).

Atualmente existe maior sensibilidade em relação aos bichos, na esteira do crescimento dos movimentos ambiental, de proteção animal, da luta dos povos originários, das práticas vegetarianas, da cobertura da imprensa sobre o assunto e da internet, que disseminou o alcance do

tema por meio das redes sociais. Mas essa valorização tende a priorizar os animais de estimação, principalmente cães e gatos, tratados pelos tutores como *membros da família*. Esse panorama social e cultural se reflete nos tipos de projetos de lei apresentados e aprovados pelo Congresso Nacional. No ano de 2020 entrou em vigor a Lei 14.064/2020, que aumenta as penas do crime de maus-tratos aos animais “quando se tratar de cão ou gato”. Paradoxalmente, nessa mesma época ocorria no Brasil o desmantelamento de órgãos de proteção ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o enfraquecimento das normas de licenciamento ambiental, a liberação de agrotóxicos, o descrédito de dados técnicos de desmatamento, entre outras políticas contrárias à proteção da natureza, que obviamente afetaram a fauna brasileira.

Ao que parece, parte da sociedade está atenta à questão animal mais no varejo do que no atacado. Os bichos que podem ser individualizados (têm nome e “dono”) **são alvo de empatia.** Mas quanto mais se distanciam do nosso cotidiano e realidade, menor é a atenção que recebem. Um exemplo são os animais criados para abate, **invisíveis nas suas condições de vida e de morte.** A enorme força política e econômica do agronegócio leva a que os projetos apresentados visando a proteção animal sejam cuidadosamente escrutinados pela bancada ruralista do Congresso, de modo a evitar interferências em seus empreendimentos.

Ainda assim, observa-se uma mudança de mentalidade significativa em prol dos “animais não humanos”, e no reconhecimento de que também somos animais, que partilhamos com os demais seres a capacidade de sofrer e o desejo de viver. Em consonância com essa sensibilidade, os legisladores são pressionados a atender às demandas da sociedade no que diz respeito à proteção animal. No momento, entre outros, tramita no Parlamento o Projeto de Lei 1.070/2022 que institui a Política de Proteção e Bem-estar dos Animais Domésticos, obrigando os tutores a proverem acomodação, alimentação e cuidados



As cenas de salvamento e de reencontro das pessoas do Rio Grande do Sul com seus animais de estimação causaram grande comoção pelo país, evidenciando o fato de que vivemos em uma sociedade multiespécie.

adequados aos bichos. Parece normativa trivial, mas no Brasil nos deparamos com grande número de animais abandonados, vagando pelas ruas e estradas, subnutridos e doentes, com potencial para propagar doenças, causar acidentes e impactar negativamente a fauna urbana e silvestre.

A temática dos direitos dos animais ressurgiu com força no Brasil durante a tragédia climática que ocorreu no Rio Grande do Sul em maio deste ano. As inundações que arrasaram o estado – que provocou a perda de vidas humanas e grande número de desabrigados – também afetaram os bichos. Os noticiários mostraram cachorros, cavalos, gatos e até porcos ilhados, sem comida e água durante dias. Nas redes sociais logo surgiu o debate sobre o resgate desses seres. Havia quem defendesse que os animais não deveriam ser salvos enquanto ainda existissem pessoas precisando de ajuda, pois seria uma priorização indevida de

recursos e vidas “inferiores”. Felizmente, essa concepção não prevaleceu: os animais foram resgatados e abrigados ao mesmo tempo em que se cuidava dos humanos.

A recente tragédia climática entrecruza grandes problematizações, que podem ser resumidas no argumento central: o bem-estar humano depende diretamente da existência equilibrada de outras formas de vida. A destruição das matas, o assoreamento de rios, a poluição, o extermínio da fauna – causados principalmente por grandes empreendimentos econômicos (com o respaldo de grupos políticos) – impactam nosso cotidiano, seja ele urbano, rural, florestal ou costeiro. E impactam também os bichos, silvestres e domésticos.

As cenas de salvamento e de reencontro das pessoas do Rio Grande do Sul com seus animais de estimação causaram grande comoção pelo país, evidenciando o fato de

que vivemos em uma sociedade multiespécie. Nossas casas, ruas, quintais, fazendas, rios, lagoas, mares e matas são habitadas por diversos tipos de seres: gente, cachorros, bois, aranhas, peixes e lagartixas, até lobos-guará, capivaras, cobras, onças e corais. Não existe um *lado de fora* para abandonar qualquer pessoa ou animal, estamos *todos dentro e juntos*. No país e no planeta.

Natascha Stefania Carvalho de Ostos | Historiadora (Instituto René Rachou – FIOCRUZ Minas), vice-coordenadora do Centro de Estudos dos Animais (CEA/UFMG).

Atualmente, observa-se uma mudança de mentalidade significativa em prol dos “animais não humanos”, e no reconhecimento de que também somos animais, que partilhamos com os demais seres a capacidade de sofrer e o desejo de viver



Obrigada Amigos!
Ganhamos um novo
LAR!



*“Uma parte do meu ser que é a água,
resfriando a outra parte que é o fogo,
por outra parte que é o ar, evaporou. E
transfluindo o espaço cosmológico na outra
parte que é a terra, encorpou. E confluindo
com outras vidas em outros corpos, existindo
e re-existindo aqui estou”*

(Nego Bispo)

As cisternas ontológicas do ser/vão - quilombola

Texto e fotos
Francisco Phelipe Cunha Paz

*Filósofo clama para que o sertão não seja mais visto como
inóspito, mas lugar de encontros vitais e encantados,
biointeração entre todos os seres vivos – os animais,
incluindo o ser humano, os vegetais, os espirituais e os
minerais*



A palavra sertão foi utilizada indiscriminadamente nos primeiros tempos da colonização para denominar de forma imprecisa uma imensidão territorial desconhecida, não litorânea. No imaginário do período, ficou sendo lugar de medo e fascínio ao mesmo tempo, o que também fez surgirem inúmeros tipos e locais imaginados. Espaço com o qual não se teria proximidade ou identidade, lugar afastado do passado, do atraso, do selvagem, do não-humano, o sertão era descrito como o outro do outro. Não o sertão, mas o que se pensa dele, parou no tempo. Em alguns textos, como *Vidas Secas* ou *Os Sertões*, por exemplo, é um retrato; em outros, um destino em que o sertanejo, condenado ao martírio do seu próprio inferno – o sertão –, seria um expatriado da nação, da sorte e da própria vida.

Inspirado nas vidas dos sertões quilombolas e querendo fazer com que essa literatura clássica possa dizer outra coisa, quero criar para mim – pra nós – meu próprio oxímoro. A passagem molhada. Que diz do caminho, da estrada, pressupõe firmeza, mas que, pelo contrário, indica inconsistência. Talvez a passagem molhada diga do cami-

nho não como certeza, mas como *enchança*, como brecha, como oportunidade; não para vencer cursos d'água, mas para confluir-se em curso d'água, junto com a própria água que corre. A oportunidade para pensar o *saber-viver* o ser/tão-quilombola, o *saber-ser* o sertão quilombola. O que significa sertão quilombola? O que significa, hoje, *ser-tão quilombola*? Que imagens evocamos ao ouvir sertão-quilombola?

Ser/tão-quilombola é onde a vida se torna o centro orientador de todas as experiências, de tudo que se faz e pensa no e sobre o sertão e sobre o quilombo. É a biointeração entre seres vivos, espirituais, minerais, animais, incluindo o ser humano e os vegetais. É o espaço de encontros vitais, encantados, de envolvimento, de recusa à cosmofofia sintética do *des-envolvimento*, bem *alemrado* por Mestre Nego Bispo. É onde, ouvindo os ciclos das águas, o florir das árvores, o amadurecer dos frutos e o assobio dos pássaros, podemos alterar nosso pensar e nossa maneira de nos relacionar com os quilombos, territórios de resistência e reexistência. Territórios que não se definem apenas em relação à escravidão, os quilombos nunca foram tão somente lugares dos fugidos. No presente, o ser/tão-quilombola tem a terra como po-

tência de vida, espaço criativo e inventivo de saberes ancestrais afro-pindorâmicos.

No sertão o tempo se arrasta, em tempo próprio; não o tempo do atraso, mas o tempo da paciência, da espera. Espera de a macaxeira brotar, a catingueira florir, o ouricuri amarelar, o milho pendoar, a carnaúba cair, o açude sangrar. O ser/tão-quilombola é preto como a boa terra. É a estética do muito, do povo, do possível, não mais da ausência ou do precário.

Pensar em povos tradicionais que vivem sua identidade cultural atrelada aos movimentos das águas é pensar em ribeirinhos, vazanteiros, retireiros e outros. Afinal, seca não poderia ser entendida como um dos movimentos das águas?

Para muitas comunidades, que além de carregarem no nome a presença das águas – córrego, passagem, olho d'água e ribeirão – a importância das águas se revela na forma como se organizam espacialmente, de acordo com ciclos que organicamente desenham a sua territorialidade. Social, cultural e economicamente, a ocupação e os usos do seu território são influenciados pelos *caminhos* que as águas formam. A maneira de dizer o lugar, de mediar a relação com a paisagem, de nomear e alte-





rá-la. As tecnologias das águas compõem a paisagem quilombola do sertão e descharacterizam a vermelhidão árida do sertão do passado. Cisternas e cacimbas indicam as relações com as águas, sua presença, ausência e guarda.

Em suas dinâmicas das águas, do pastoreio do gado, da torra da farinha, da lida com a roça, as comunidades organizam cosmológicamente os territórios, seus laços de parentesco e vizinhança. Produzem o seu tempo, ou reposicionam o tempo, produzem memórias, contam a sua própria história, criam versos e lundus em seus batuques. Existem e resistem respeitando os ciclos das águas, ensinando como bem viver com a natureza, com suas cheias e vazantes.

As chuvas, as águas, são sempre assunto de maior importância e constância nas palestras sertanejas, produzindo maneiras de ver e dizer o mundo, criando conceitos e definições ontológicas de si mesmo. Esse dizer e fazer o ser/tão-quilombola a partir dos ciclos das águas altera o tempo e o espaço. No ser/tão-quilombola o tempo das chuvas é o inverno. A alvorada, o “pingo da mei-dia” e a “boca da noite” nos contam as horas. E quando anuncia que o dia “está bonito para chover” o ser/tão quilombola altera a percepção do belo.

As chuvas, as águas, são sempre assunto de maior importância e constância nas palestras sertanejas, produzindo maneiras de ver e dizer o mundo

Nessas “palavras plantadas em papel” (Nego Bispo), o que queremos fazer ouvir é que as práticas com as águas e proteção dos seus territórios não são metáforas para o quilombola do sertão; são a experiência do território vivo, do território que é corpo, de um corpo que pensa e produz conhecimento. “Toda vida produz conhecimento”, bem “alembrou” Maria Sueli Rodrigues. O conceito da “confluência” de Nego Bispo é comumente explicado por ele usando as águas como metáfora. A ideia de que as

águas quilombolas brasileiras chovem em África e as águas africanas regam as terras do ser/tão-quilombola. A reflexão de um dos principais filósofos do Brasil contemporâneo faz parte de um pensamento ser/tão-quilombola, que tem nos muitos movimentos das águas e suas ausências, um dos seus fundamentos.

Levantamento recente e inédito, divulgado em 16 de maio de 2024 pelo Instituto Socioambiental (ISA), em colaboração com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), revelou que 98,2% dos Territórios Quilombolas no Brasil estão sob ameaça, enfrentando pressões de obras de infraestrutura, requerimentos minerários e sobreposições de imóveis particulares.

A luta de construção e proteção do ser/tão-quilombola como território de resistência para reexistência não é mera metáfora, alegoria literária e muito menos argumento teórico. Quando apontamos a chuva e os ciclos das águas como elemento ontológico, queremos dizer que o sertanejo é um povo da água, sua identidade tem relação com a espera dela, a expectativa por ela, com sua guarda e os seus usos, quando ela vem, com

as estratégias de sobrevivência, quando ela não vem.

A relação com essa presença e ausência coloca os quilombos do sertão para além da alucinação da nacionalidade e da colonialidade. E esse é o principal ponto de ameaça aos territórios quilombolas e do ser/tão-quilombola.

O ser/tão-quilombola, sempre dito como “avesso da civilização”, da modernidade, da cidade e da civilidade, agora assim se torna – não mais por desejo daquele que aponta, mas por desejo próprio. O ser/tão-quilombola contracolonalista, confluência de si, entre si e com demais “apontados estranhos”, é o outro: outro modo de vida, de ser, de ver e de dizer o mundo, o Brasil e as maneiras de experienciar a vida. O ser/tão-quilombola é a biointeração com a natureza, com a presença, com a ausência. É “o cavaleiro marginal banhado em ribeirão”.

Os territórios quilombolas, terra, corpo e modos de vida, são cisternas ontológicas e epistêmicas, são possibilidades reais de produção de justiça racial, climática e territorial. São traços de um Brasil que ainda existe no presente e precisa existir no futuro.





Bibliografia

NASCIMENTO, Wanderson Flor do, RUFINO, Luiz. “*In memoriam*. ‘O fundamento é a roça’ – Antônio Bispo dos Santos (1959–2023)”. In *Anãnsi: Revista de Filosofia*, v. 4, n. 2, 2023, p. 325.

QUEIROZ, Marcos. “Toda vida produz conhecimento: entrevista com Maria Sueli Rodrigues”. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 19, n. 101, jan./mar. 2022. pp. 52-65.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 41ª ed. São Paulo: Record, 1978.

ROSA, J. Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

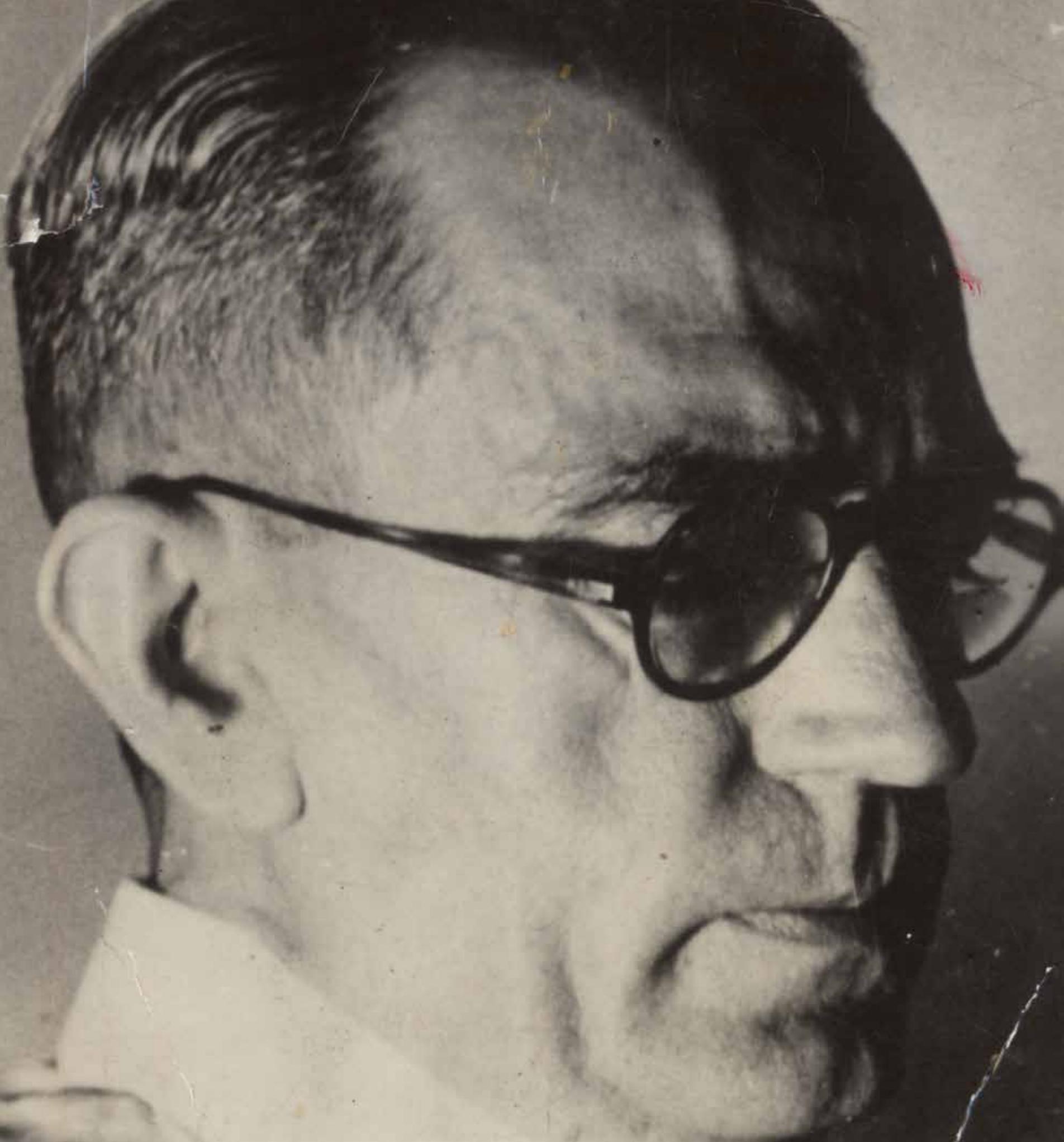
SACRAMENTO, Elionice Conceição. *Da diáspora negra ao território de terra e águas*. Curitiba: Appris Editora, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

_____, *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

_____, “As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético”. In: Anderson Ribeiro Oliva et al. (orgs.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 23-36.

Francisco Phelipe Cunha Paz | Historiador, doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Iphan), mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação (UnB) e educador no Museu Afro Brasil Emanuel Araújo, em São Paulo, SP.



Viço do velho Graça

Rodrigo Casarin

Obra de Graciliano Ramos cai em domínio público e provoca uma onda de edições do escritor brasileiro que inclui inédito, apesar da reclamação dos herdeiros

“Os filhos da coruja”, versão poética de Graciano Ramos da fábula *A águia e o mocho*, de La Fontaine, foi lançada em 2024 contra a vontade expressa do autor

Foto | Wikimedia Commons

“**D**os livros do sr. Graciliano Ramos, *Angústia* é provavelmente o mais lido e citado, pois a maioria da crítica e dos leitores consideram-no a obra-prima do autor. Obra-prima não será, mas sem dúvida alguma é o mais ambicioso e espetacular de quantos escreveu. Romance excessivo de certo modo *Angústia* contrasta com a discrição e o despojamento dos demais. Por isso mesmo, talvez, é mais apreciado e admirado. Em compensação, aquelas partes gordurosas e corruptíveis, [...] ausentes de *São Bernardo* ou *Vidas secas*, o tornam mais facilmente transitório. Tenho a impressão que *Angústia* será relegado para segundo plano pela próxima geração de críticos e leitores”.

As palavras são de Antonio Candido e foram publicadas no final de 1945 em “Notas de crítica literária”, espaço que mantinha no jornal *Diário de S. Paulo*. É um encontro de três nomes – dois autores e uma obra – que se mantêm firmes nas discussões a respeito da literatura brasileira. Ainda que com alguns olhares tortos, *Angústia* segue

lembrado como um dos grandes trabalhos de Graciliano Ramos, escritor que, por sua vez, permanece incontornável.

A mirada de quase oito décadas atrás de *Candido*, outro vital, sobre o trabalho do velho Graça está numa edição de *Angústia* que acaba de ser publicada pela Todavia. É uma das muitas novidades que pintaram nas livrarias nos últimos meses, após a obra do autor alagoano entrar em domínio público.

Redundâncias enfadonhas costumam marcar o começo de ano no mercado editorial. A regra internacional da qual o Brasil é signatário estipula que a obra de um autor passa a ser de domínio público no ano seguinte ao aniversário de 70 anos de sua morte. Graciliano se foi em 20 de março de 1953: então, desde 1º de janeiro de 2024, qualquer pessoa ou editora pode trabalhar com seus textos sem precisar negociar licenças ou prestar conta aos herdeiros.

Não é raro que as livrarias sejam tomadas por incontáveis versões de um título ou outro quando nomes desse quilate passam pelo processo. Em 2015, após o francês Antoine de Saint-Exupéry entrar em domínio público, variações de seu *Pequeno príncipe* podiam ser encontradas aos montes nas prateleiras. Fenômeno semelhante aconteceu com o britânico George Orwell em 2021. Parecia haver uma edição de 1984 ou de *A revolução dos bichos* para cada animal de uma fazenda. Somente depois de longos meses de mesmice saíram edições de trabalhos sumidos das livrarias havia bastante tempo, como *Homenagem à Catalunha*, relato de Orwell sobre a sua participação na luta contra fascistas na Guerra Civil Espanhola.

Esse marasmo visto em outras ocasiões não acompanhou a entrada de Graciliano em domínio público. A começar pela manifestação do descontentamento de familiares do autor de que muitos agora poderiam lucrar com tal obra sem precisar zelar pela qualidade. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Ricardo Ramos Filho, neto do escritor, disse considerar a lei uma “excrecência”. Afirmou ser a favor de que os textos estejam disponíveis sem custos para que sejam lidos e divulgados, mas demonstrou insatisfação com a comercialização das obras sem retorno financeiro algum para os herdeiros do artista.

Sim, diversas editoras investiram em novas edições dessa obra. As novas alternativas à disposição vão desde junções de livros

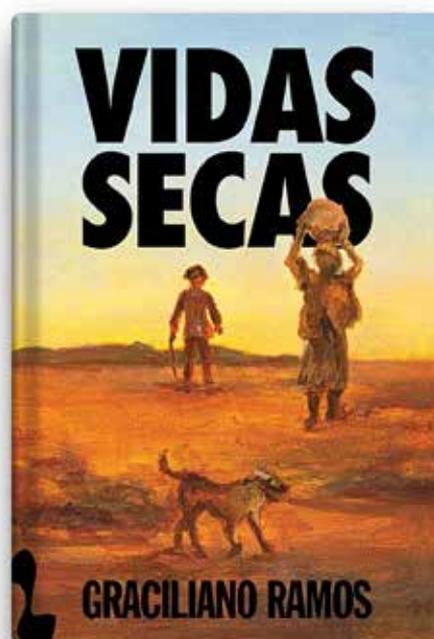
diferentes num mesmo volume (*Vidas secas* e *São Bernardo*, selo Temporalis, por exemplo) até trabalhos minuciosos para se chegar à versão levada ao leitor. A Companhia das Letras, por exemplo, convidou Ieda Lebensztayn, crítica literária e doutora em literatura brasileira, para estabelecer o texto de suas edições de *Angústia*, *São Bernardo* e *Vidas secas*.

Famosa pelo capricho, a Antofágica traz uma edição de *Vidas secas* com textos do crítico literário Silviano Santiago, da escritora e tradutora Stephanie Borges e do professor e pesquisador Wander Melo Miranda. Uma carta a Graciliano escrita por Djavan e a reprodução de 60 pinturas feitas por Adriana Coppio também estão no volume. A já mencionada Todavia, por sua



Ainda que com alguns olhares tortos, *Angústia* segue lembrado como um dos grandes trabalhos de Graciliano Ramos, escritor que, por sua vez, permanece incontornável

Nova edição de **Vidas Secas** (Editora Antofágica) traz textos do crítico literário Silvano Santiago, da escritora Stephanie Borges e do pesquisador Wander Melo Miranda, além de carta a Graciliano escrita por Djavan e pinturas de Adriana Coppio



vez, banca um projeto editorial com riqueza de detalhes críticos coordenado por Thiago Mio Salla, especialista na obra de Graça.

E foi a Todavia a responsável por lançar uma inesperada novidade: um inédito de Graciliano Ramos envolto numa discussão com toque de Kafka. Da mesma forma como fez o tcheco em monumentos da literatura do século 20, como *O castelo* e *O processo*, em vida o brasileiro tinha deixado claro para seus herdeiros que um de seus escritos deveria ficar longe do grande público. Graciliano se considerava poeta sem grandes virtudes e não gostava do que escrevera em 1923, quase três anos após ficar viúvo, e assinara como J. Calisto. No entanto, *Os filhos da coruja*, o tal texto desautorizado, escapou da lixeira e permaneceu em seu espólio.

Esse trabalho ligeiro agora pode ser comprado por qualquer leitor. O poema de poucas linhas estabelece um claro diálogo com *A águia e o mocho*, fábula do francês La Fontaine. Na edição lançada pela Baião, selo de literatura infantil da Todavia, os versos aparecem num encarte. O que dá mesmo corpo ao volume com pouco mais de 30 páginas são as bonitas ilustrações de Gustavo Magalhães.

Numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Ricardo Ramos Filho vociferou contra a atitude da editora de contrariar o desejo de seu avô e levar ao *Os filhos da coruja* ao público. Considerou uma “sacanagem enorme” a decisão que está em consonância com a recente publicação de um texto inédito de outro gigante da literatura latino-ame-

ricana. Ainda se debate se foi correta ou não a escolha dos filhos de Gabriel García Márquez de publicar *Em agosto nos vemos* (Record, tradução de Eric Nepomuceno), romance inacabado que o autor de *Cem anos de solidão* dizia não prestar e que deveria ser destruído.

Entre discussões, edições caprichadas e pelo menos um debate tão interessante quanto sem respostas lapidares (desprezar ou não inéditos de artistas mortos?), a Record, casa de Graciliano até a sua entrada em domínio público, colocou no mercado outra novidade. E uma novidade excêntrica, sem dúvidas. *O prefeito escritor – dois retratos de uma administração* reúne relatórios para mostrar aos leitores um tanto de como foi a atuação do velho Graça como prefeito de Palmeira dos Índios, em Alagoas, no final da década de 1920.

Parece uma prova de que, na visão das editoras, tudo o que envolve o escritor pode interessar aos leitores, não apenas clássicos como *São Bernardo*, *Vidas secas* ou *Angústia*. Pelo menos aqui no Brasil – já que Graciliano Ramos bem editado e lido pelo restante do nosso continente é tarefa ainda pendente – esse interesse pode ser facilitado pela entrada de sua obra em domínio público.

Rodrigo Casarin | Especialista em Jornalismo Literário. Desde 2015 edita a Página Cinco, newsletter, podcast e coluna de livros publicada no Uol. É autor de *A biblioteca no fim do túnel – um leitor em seu tempo* (Arquipélago).

Ensaio Visual

Adriana Coppio

Autora das pinturas que ilustraram a nova edição de Vidas Secas conta como foi seu processo criativo

Após começar a ler o livro procurei me inteirar da vida no sertão nordestino, da região da caatinga, desde os hábitos das pessoas, a vegetação até os animais que ali habitam. Plantas nativas como xique-xique, facheiro, catin-gueira, palma. Arribações ou avoantes, aves que quando aparecem são prenúncio de seca. Os festejos da região, como o Reisado, que começa no Natal.

Li várias vezes para que nada interessante passasse despercebido na construção do que seria “o meu Vidas Secas”. Tive várias referências e inspirações, como a imagem da Nossa Senhora e os mandacarús (algo tão recorrente na minha pesquisa de pintura) da casa dos meus pais.

Também as músicas que escutei enquanto pintava e os muitos documentários que assisti para que pudesse mergulhar no universo sertanejo, com suas mazelas

e os sonhos das pessoas. Essa realidade díspar é representada na pintura da cerca, muito encontrada no sertão, mas que também pode ser um símbolo dos mundos divididos e da desigualdade tão forte no Brasil.

Para passar a dramaticidade e a carga emocional que o livro pedia recorri à tinta acrílica e à gestualidade nas ilustrações. O mais importante e desafiador para mim foi dar a dimensão do sentimento das personagens e conseguir passar isso para o leitor e espectador.

Escolhi fazer a Baleia, protagonista da história, junto com Fabiano, como uma cadela vira-lata caramelo típica brasileira, daquela raça indefinida e que você encontra em qualquer lugar. Ela é uma personagem muito rica e através dela nos deparamos com a solidariedade, a tristeza, a alegria e tantos outros sentimentos, tão humanos quanto intensos.





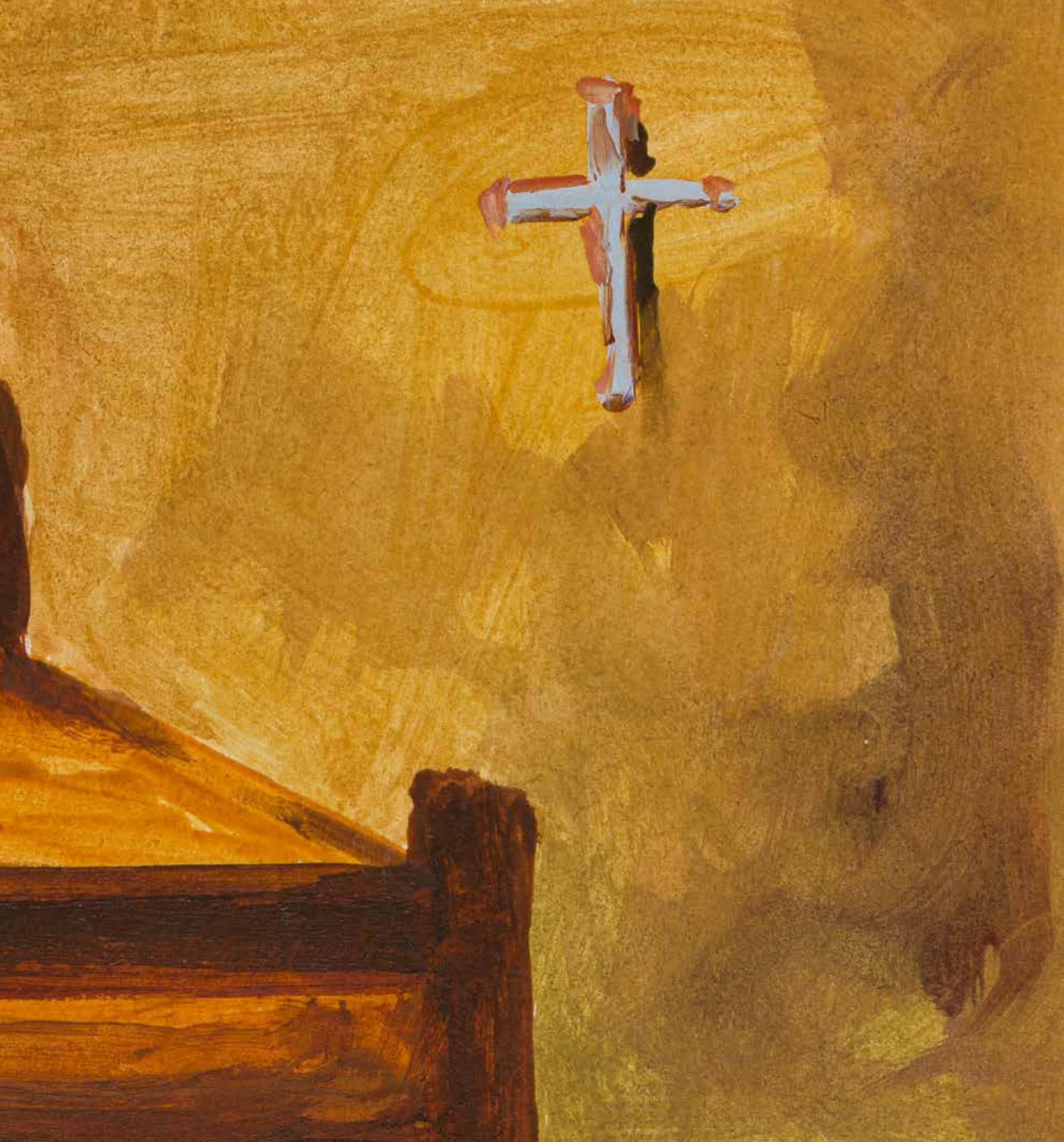




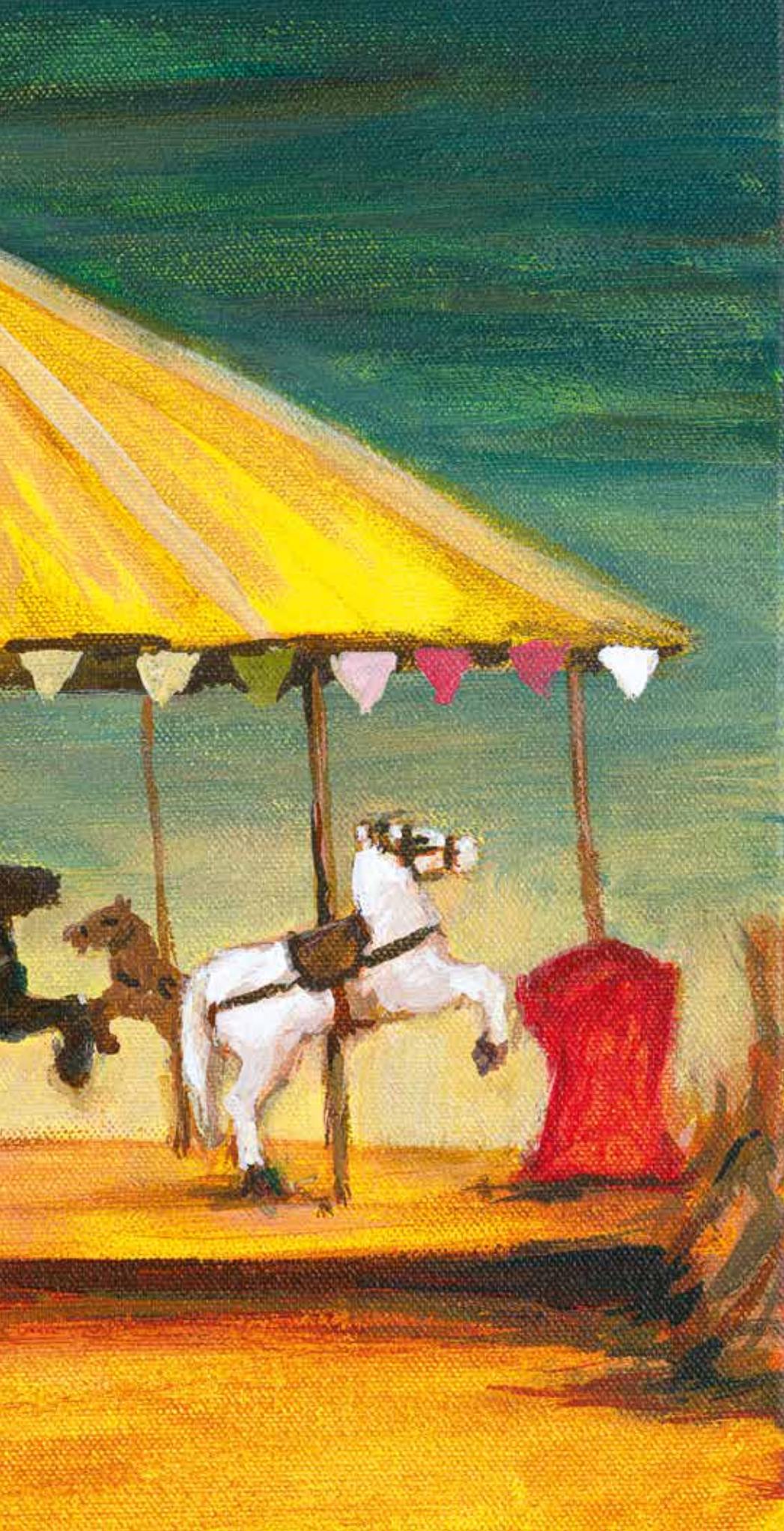
“Despertara-a um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio, que andava furioso, com os pés apalhetados, numa atitude ridícula. Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco.”

Vidas Secas | Graciliano Ramos | 1938







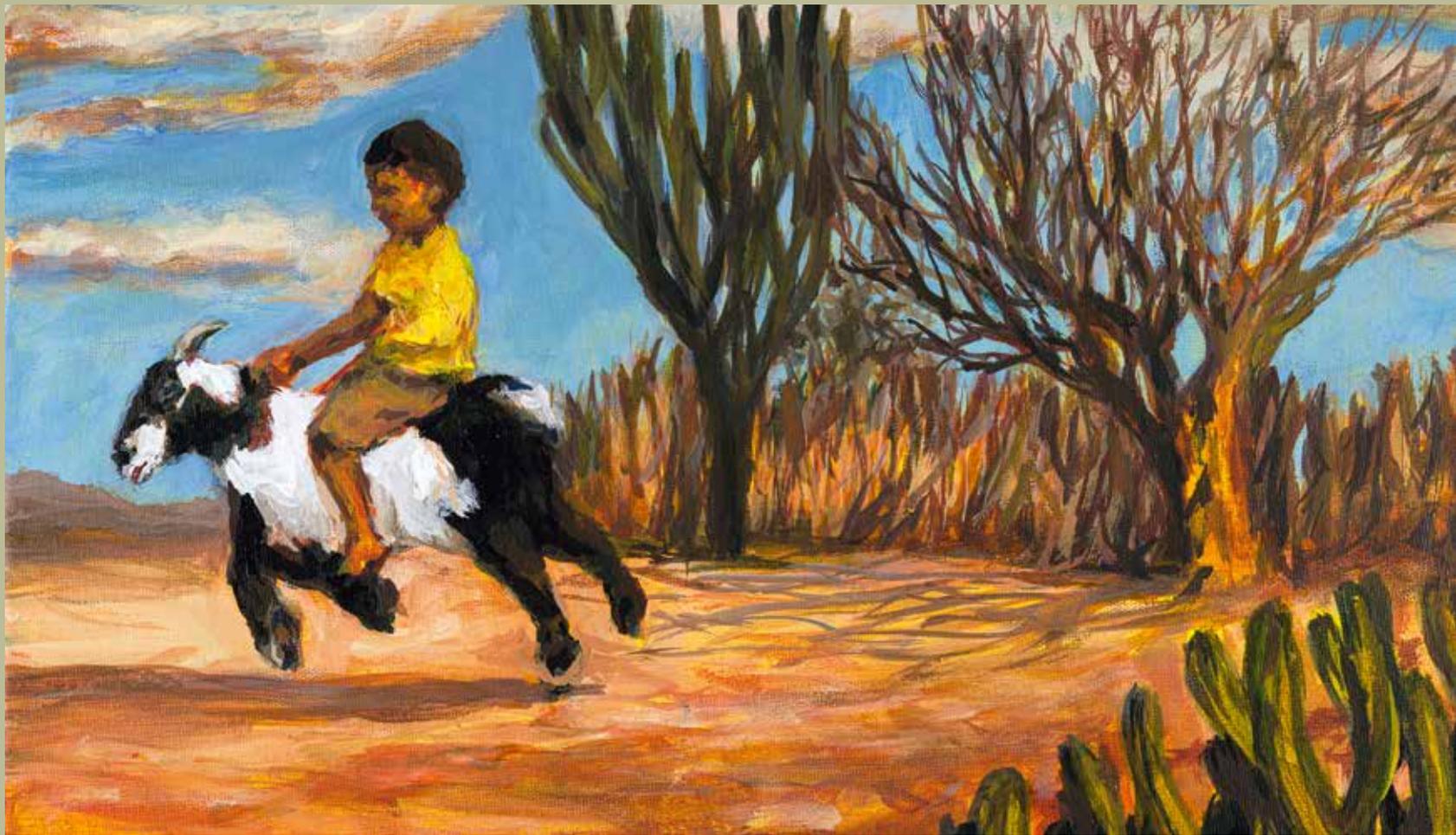


“Convidou a mulher e os filhos para os cavalinhos, arrumou-os, distraiu-se um pouco vendo-os rodar. Em seguida encaminhou-os às barracas de jogo. Coçou-se, puxou o lenço, desatou-o, contou o dinheiro, com a tentação de arriscá-lo no bozó. Se fosse feliz, poderia comprar a cama de couro cru, o sonho de sinha Vitória..”



“Trepado na ribanceira, o coração aos baques, o menino mais novo esperava que o bode chegasse ao bebedouro. Certamente aquilo era arriscado, mas parecia-lhe que ali em cima tinha crescido e podia virar Fabiano. Sentou-se indeciso. O bode ia saltar e derrubá-lo.”

Vidas Secas | Graciliano Ramos | 1938



“Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinha Vitória, as palavras que sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em

escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para as cidades homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos”

Vidas Secas | Graciliano Ramos | 1938





“Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinha Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acocorou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados

no estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a sinha Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinha Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis.”





“Afinal para que serviam os soldados amarelos? Deu um pontapé na parede, gritou enfurecido. Para que serviam os soldados amarelos? Os outros presos remexeram-se, o carcereiro chegou à grade, e Fabiano acalmou-se.”

Vidas Secas | Graciliano Ramos | 1938

Disputas de gênero desafiam tradições sagradas da diáspora negra na América Latina

Claudia Alexandre

A superação das opressões patriarcais aquece a pauta sobre o lugar das mulheres nas religiões afro-americanas, mas esbarrara nas hierarquias de gênero que fundaram as tradições dos cultos iorubá em religiões como santería, em Cuba, e candomblés, no Brasil.

Festival Mascarado Gelede de Cové, Benin

Autora: Grete Howard.
Wikimedia Commons







Há no Brasil uma religião muito antiga em que as mulheres têm um protagonismo raro em outras denominações. É o candomblé, religião afro-brasileira formada por negros africanos no final do século XVIII, a partir de um complexo multiétnico. Desde cedo mulheres escravizadas ou libertas, africanas e crioulas (nascidas no Brasil) ganharam certa centralidade na condução de redes de sociabilidades e cumplicidades que resultaram na fundação de terreiros de candomblés de tradições bantu (Angola e Congo) e iorubá (nagô, ketu, jeje, efon...), em especial na Bahia. Essas pioneiras iniciaram uma tradição, embora não sem conflitos. Os três terreiros considerados fundantes do candomblé no Brasil, localizados na cidade de Salvador, mantêm até hoje organização matriarcal e são comandados por ialorixás (mães de santo). São eles: Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Iyá Nassô Oká), Ilê Opó Afonjá e Terreiro do Gantois – na Casa Branca, por exemplo, somente mulheres passam pelo ritual de iniciação e podem entrar em transe com seus orixás.

Esse fenômeno social, porém, não significa que não haja disputas de gênero. Os cultos mais antigos de tradição iorubá, por exemplo, apresentam divisões relacionadas ao comando de homens e de mulheres. As sociedades africanas Egungum (masculina) e Geledé (feminina) foram acolhidas no Brasil pelos fundadores do candom-

blé, mas de forma restrita. Enquanto as divindades do culto Egungun são os *baba-égun*, representantes dos ancestrais masculinos, cujas casas foram se instalar na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, as sociedades de mulheres – onde são adoradas as *íya-àgbá*, *íyami* ou *iyami osorongá* (grandes mães feiticeiras) – não mantiveram publicamente representações e símbolos individualizados e, aos poucos, passaram a ser tratadas com certo tabu pelas próprias seguidoras do candomblé. De tal modo que nenhuma das casas fundantes assume realizar cultos abertos a essas ancestrais femininas.

Em África estão muito vivas as cerimônias da sociedade feminina Geledé em devoção às *iyami*, que simbolizam aspectos coletivos do poder ancestral feminino. Essas cerimônias, no entanto, não se popularizaram no Brasil como o culto dos Egungum. Por aqui, sabe-se que a única mulher a ostentar o título de *erelú* (grande sacerdotisa da sociedade Geledé) foi Maria Julia Figueiredo (Omóniké), herdeira do terreiro da Casa Branca (Engenho Velho) – considerada a primeira organização oficial brasileira de candomblé ketu-nagô. Filha de *Iya Nassô*, a fundadora do terreiro, Maria Julia teria morrido em 1894. Ela era a *íyálode-erelú*, responsável todos os anos pela festa das Geledés, sempre no dia 8 de dezembro, no bairro da Boa Viagem, em Salvador. A festa pública foi extinta, mas alguns terreiros mantiveram, de forma bem reservada, o culto às *iyami*.

Iyami Oxorongá, representação do poder ancestral feminino na tradição africana Iorubá. Relevo em madeira esculpido por Carybé. Museu Afro-Brasileiro, Salvador, Bahia.

Foto: Sailko, Wikimedia Commons

Merindilogum: Sistema divinatório com 16 búzios, de origem Iorubá, usado no Candomblé.

Foto: Toluaye. Wikimedia Commons





Em alguns países da África Ocidental, como Nigéria, Togo e Benin, homens e mulheres têm lugar no culto, porém acessar os saberes e as práticas do oráculo são funções masculinas

Feminismo cubano e a “carta do ano” da *santería*

Um complexo de fé originado na tradição dos ancestrais africanos resistiu ao sistema político comunista que, por muitas décadas, restringiu qualquer tipo de prática religiosa e “superstição”, estigmatizando em especial os cultos dos negros africanos. A *santería*, sistema religioso que surgiu a partir do século XVI, foi desenvolvido pelos negros que chegaram escravizados a Cuba, vindos da Nigéria (povo Ife) – como os europeus não permitiam que mantivessem suas crenças originais, os negros passaram a cultuar santos aos quais identificavam seus orixás. Hoje é praticada também em

outros países, como República Dominicana, Porto Rico, Panamá, Espanha, França, Itália, México, Estados Unidos, Venezuela e Brasil. A poderosa Asociación Cultural Yoruba de Cuba (ACYC) é a instituição religiosa internacional responsável pela defesa e manutenção das tradições do culto na ilha e no mundo.

Os cubanos seguem majoritariamente um de dois sistemas principais da *santería*: a *regla de ocha*, ritual de culto aos orixás, muito semelhante aos candomblés afro-brasileiros, e a *regla ifá*, culto a Orúnmilá, o deus da adivinhação. Mas há ainda outras práticas, como a *regla arara*, herança de africanos trazidos da Costa do Ouro, e a *regla conga*, de tradição congoleza-angolana. O sistema oracular baseia-se no manejo de

dezesseis búzios ou sementes de *ikín* (dendê) ou *opelê*, para obter uma combinação entre um conjunto de 256 signos ou posições, denominados *odus*. Odu é a posição que os búzios tomam ao serem jogados na mesa sagrada pelo *santero*: cada posição (ou caminho) tem seu próprio nome e um verso (aviso) diferente, a ser interpretado pelo sacerdote. Os avisos versam sobre cuidados com a saúde, crise econômica, desequilíbrios climáticos e desavenças no grupo, com aconselhamentos sobre como reduzir os danos dos acontecimentos previstos.

Em alguns países da África Ocidental, como Nigéria, Togo e Benin, homens e mulheres têm lugar no culto, porém acessar os saberes e as práticas do oráculo são funções masculinas, guardadas poucas exceções para a participação das mulheres, iniciadas como *iyanifás* (sacerdotisas de Ifá). Na travessia forçada do Atlântico e na constituição da *regla de ocha*, porém, as mulheres perderam totalmente o direito de ser iniciadas e de iniciar.

Um movimento feminista, porém, abalou a ortodoxia da ACYC. Em 2000 surgiram as primeiras *iyanifás* afro-cubanas. As duas cubanas iniciadas em segredo na *regla de ifá* foram Nidia Águila de León e María Cuesta. Hoje são centenas na ilha. Naquela época, a *iyanifá* María Cuesta, filha de um *santero* de Havana, chegou a dar entrevistas, orgulhosa por ser uma das primeiras a romper as barreiras que distanciavam mulheres cubanas dos quartos sagrados. “Quando criança, sempre escutei que se fosse homem seria um babalaô; também sei jogar búzios para prever o futuro; sei fazer de tudo, talvez mais que um babalaô”, garantiu ela.

Na prática tradicional do Ifá uma das cerimônias mais importantes é a leitura da “carta do ano” (ou “letra do ano”), quando o sacerdote preanuncia tudo o que acontecerá nos doze meses seguintes. Esse ritual é tradicionalmente reservado aos



Jogo de Ikin Orossi: sistema de adivinhação Ifá, originário da África Ocidental, usado no Candomblé. Foto de Toluaye.

Wikimedia Commons

homens e comandado somente por eles, os babalaôs ou *babálawós* (*babá* = pai + *owós* = oráculo/segredos). No alvorecer de 2021, houve um avanço revolucionário na participação feminina nos cultos de tradição africana em Cuba, especialmente a *santería*. Pela primeira vez na história dos cultos afro-cubanos a leitura da “carta do ano” – documento sagrado que traz os prenúncios para o novo período – foi feita por sacerdotisas, mulheres. Até então, apenas sacerdotes homens, os babalaôs, tinham a prerrogativa de dizer o futuro que lhes fora revelado pelo jogo ritual dos búzios. E isso gerou tensão e discussão entre fiéis praticantes das diferentes *reglas*, variantes da religiosidade afro-cubana.

De lá para cá a disputa de gênero se acirrou no campo das tradições da *santería*, mas nada tinha sido tão forte quanto mulheres lendo a “carta do ano”, em janeiro de 2021. A leitura do documento sagrado que traduz o jogo oracular é feita somente por autoridades do culto, associadas à ACYC: tudo ocorre durante um ritual restrito, ao romper do ano novo. A carta revela os prenúncios do *odu*, interpretados pelo sacerdote. No romper do ano novo é revelado também o orixá gente.

A virada daquele ano teve como elemento surpreendente recomendações sobre o respeito à diversidade e a liberdade de pensamento, para se “conseguir uma convivência harmoniosa”, justamente quando as *iyanífás* decidiram lançar a “carta do ano”. O prenúncio ocorreu em meio à grande crise econômica e humanitária vivida em Cuba, marcada pela escassez de alimentos

e medicamentos, seguida de manifestações históricas, que deixaram dezenas de detidos e feridos pelas ruas. Além disso, um número recorde de cubanos deixou a ilha: de acordo com estatísticas do governo americano, cerca de 250 mil teriam entrado nos Estados Unidos, atravessando a fronteira com o México.

Em meio à pior crise que Cuba viveu em trinta anos, a ACYC ainda tentava apaziguar os ânimos internamente, pois outros grupos dissidentes, além das mulheres, estavam divulgando a “carta do ano” de forma independente. Pelas redes sociais, a Associação condenou veementemente a inversão de papéis e desqualificou a cerimônia realizada por mulheres, dizendo que a leitura havia sido feita de forma “condenável, sem ética e sem decoro” e que o grupo “se escondeu incontestavelmente para profanar amplamente nossa cultura patrimonial, nossa religião”.

A organização publicou uma ordem em prol da reunificação da “carta do ano”, ratificando que “só se a necessidade de obter uma única letra do ano para os crentes e o povo em geral for priorizada e se respeitarem os princípios e as indicações rituais das cerimônias será alcançado um objetivo tão elevado”, concluíram. Mas não teve jeito. Mesmo que nos dez países onde se pratica a *santería* a carta seja tirada só por sacerdotes homens, as mulheres vieram para ficar.





Traje ritual de para o Egungun, espírito de pessoa morta que retorna à terra em religiões de matrizes Iorubá. Autor: Daderot. Museu de História Natural, NY (EUA).

[Wikimedia Commons](#)

Memórias ancestrais

Ao estudar os processos divinatórios de Ifá (Fá) tradicionais em países como Nigéria, Togo e Benin no século XIX, o historiador francês Bernard Mapouil¹ (1906-1944) confirmou que as mulheres tinham participação restrita no culto, cuja liderança era tida como exclusividade masculina. Ele ressoou o argumento sobre as “afinidades com feitiçaria” como impedimento maior para as mulheres, mais do que a gravidez ou a menstruação. Mas percebeu que as africanas não estavam excluídas das cerimônias de iniciação, como ocorreu posteriormente nas tradições afro-cubanas.

É muito raro encontrar em África mulheres com permissão de protagonizarem personagens centrais de uma cerimônia de Fá, ou até mesmo serem iniciadas – a não ser que seja tão forte que passa a ser *considerada* um homem. No culto acredita-se que, neste mundo, uma boa quantidade de mulheres tem o porte e as qualidades que muitos homens não possuem. Uma mulher que tenha o Fá completo, revelado por um sacerdote, deixa de ser uma mulher, para se apresentar como um homem, perdendo assim a possibilidade de exercer o poder em feminino.

A socióloga nigeriana Oyeronké Oyèwúmi, autora do livro *A invenção das mulheres* (2021), problematiza a participação feminina no sistema de conhecimento Ifá, ressaltando que muitos estudos impõem a perspectiva de gênero, excluindo a possibilidade de a mulher se constituir como sacerdotisa de Ifá. Mas, para Oyeronké, as

hierarquias de gênero e a categoria *mulher*, fundacional nos discursos ocidentais, simplesmente nunca existiram na *iorubalândia* – região que compreende Benin, Nigéria e Togo antes da invasão do Ocidente no Continente Africano.

O legado das organizações de mulheres africanas e suas experiências é importante para identificar como as memórias ancestrais atuaram na relação de mulheres negras com os lugares de liderança e na construção da hierarquia nos espaços de culto das religiões afro-americanas. Olhar o lugar da mulher e do homem – do masculino e do feminino – no sistema que se estabeleceu na diáspora também permite construir novos caminhos em relação à diversidade de gênero ou não-gênero, além de outras pautas que atravessam as relações humanas na atualidade. São urgências que desafiam o campo religioso e não deixam de impactar a relação com as divindades e a complexa definição de papéis, atribuídos aos próprios deuses – basta lembrar que a *santería* afro-cubana cultua Obatalá, que no candomblé afro-brasileiro é Oxalá, que em Cuba é associado à Virgem das Merveilhas e no Brasil é Nosso Senhor do Bonfim.

¹ MAUPOIL, Bernard. *A adivinhação na antiga Costa dos Escravos*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

Claudia Alexandre | jornalista, mestre e doutora em Ciência da Religião (PUC-SP). Autora dos livros *Orixás no Terreiro Sagrado do Samba* e *Exu-Mulher e o Matriarcado Nagô*.



Kahal Zur Israel (Congregação Rochedo de Israel), primeira sinagoga das Américas, fundada em 1637 durante o período de dominação holandesa (1630 a 1657). As instalações hoje pertencem ao Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

Foto | Wilfredo Rafael R. Hernandez
Wikimedia Commons

Reconversão controversa: os *bnei anussim* do Brasil

Não te apaga Blanca Blanca
Branca Dias alegrias
Blanca Blanca te halel'Ya
Blanca Blanca mi alma

Mirella de Almeida Braga

(“Branca Dias”, canção de Fortuna e Gabriel Levy)

Grupos de novos convertidos, com suas perspectivas particulares, fazem parte de um fenômeno social de reinvenção do judaísmo contemporâneo – que ocorre no Nordeste brasileiro e em outras regiões do mundo

Branca Dias¹ não é personagem das mais conhecidas entre os brasileiros em geral. Mas essa judia portuguesa é tema de obras de diversos autores e gêneros: crônicas de Viriato Corrêa, ensaios de historiadores como José Joffily e Arnaldo Niskier, texto dramático de Dias Gomes, poema de Carlos Drummond de Andrade, canção de Fortuna e Gabriel Levy, entre muitas outras. Sobrevivente da Inquisição, uma das primeiras mulheres a atravessar o Atlântico e precursora da fé judaica no Brasil, sua figura transita entre a história e a lenda, simbolizando a resistência à opressão e a afirmação da liberdade.

Branca Dias é também o nome de uma comunidade *bnei anussim* (filhos dos coa-

gidos, em tradução livre) liderada pelo jornalista Antonio Ribeiro, em Campina Grande, Paraíba. *Bnei anussim* é o conceito empregado para denominar os descendentes cristãos dos 250 mil judeus sefarditas da Península Ibérica (Sefarad, em hebraico), forçados a se converterem ao catolicismo a partir do final do século XV. No Brasil, há um projeto de integração das comunidades *bnei anussim*, chamado Sinagoga sem fronteiras, que reúne brasileiros em busca de reconversão ao judaísmo, inclusive os de Branca Dias. Liderado pelo rabino Gilberto Ventura, de São Paulo, se dirige a todo o Brasil, sobretudo Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

Nesse processo de ressignificação identitária, percebi como, sob um mesmo “título” de judeu, pequenos grupos se formam,

se subdividem, se agregam, entram em conflito e passam a instituir verdadeiras fronteiras étnico-religiosas em restritos espaços físicos e sociais de um município do interior da Paraíba. Em Campina Grande floresce uma diversidade de comunidades judaicas. Seus membros vivem uma busca contínua e sofrida pelo reconhecimento oficial do status étnico judaico, por meio de diversificados processos de conversão.

Há a comunidade Amigos do Torah, com sede própria no bairro do José Pinheiro, presidida por Davi André de Meneses. Ele conta ter pago uma boa quantia para facilitar o título de “judeu convertido” pelo chamado sistema liberal nos Estados Unidos. Muitos jovens, a maioria estudantes universitários, foram atraídos pela Amigos da Torah. A comunidade participa anual-

“

Note-se que os líderes dessas comunidades de novos convertidos [...] ao seguirem preceitos do Velho Testamento, já vivenciavam jejuns alimentares e outras regras judaicas.



mente do Encontro da Nova Consciência que, segundo Davi, colabora para a “difusão do judaísmo junto ao ecumenismo nacional e internacional”. A imersão nesses encontros anuais permitiu à comunidade estabelecer ligações com diversos rabinos ligados ao sistema liberal, tanto no Brasil como no contexto estadunidense.

Quanto às demais comunidades de Campina Grande, elas se afastaram da Amizade da Torah por eles adotarem o judaísmo messiânico, ou seja, usarem passagens do Novo Testamento e práticas e regras ditas cristãs no *shabat* (encontro semanal).

Já a comunidade Maguen David, no bairro do Catolé, organiza suas reuniões na casa alugada de um membro. São judeus seguidores das escrituras e das tradições orais judaicas. Afirmam cumprir as leis

dietéticas, os jejuns, os ritos e festividades judaicas de forma coletiva. Mantêm contato com os rabinos sefarditas de Belém do Pará. Alessandro Magno lidera cerca de 30 membros. Ele constatou sua aproximação genealógica com o judaísmo quando visitou Kahal Zuz, a primeira sinagoga das Américas, no Recife, onde atualmente funciona um centro cultural judaico. Não conseguiu, porém, provar a consanguinidade com o povo judeu.

Uma das primeiras frequentadoras da Maguen David é a ex-católica Leda, há mais de 15 anos. É casada com um militar e mãe de Bruno e Kedma, dois jovens que se integraram ao judaísmo. Há 12 anos, Ana Elya, de família assembleiana e católica, saiu em “busca da verdade” e se interessou pelas tradições hebraicas. Pesquisou os costumes e celebrações judaicas. Aos poucos,

convenceu o marido Jessé, da Assembleia de Deus, a seguir a fé e as práticas judaicas.

No bairro José Pinheiro se concentram ainda os caraitas. Enquanto os membros das duas comunidades anteriores têm certa proeminência social e econômica, os caraitas são de origem humilde, a maioria trabalhadores do comércio. O líder é Noah, ligado a Youssef Halevi Korach Zaitune, presidente da Comunidade Judaica Caraíta Sefaradi do Brasil, com sede em São Paulo. Os caraitas se auto-identificam como “seguidores das escrituras” e ignoram as “tradições orais judaicas” do Talmude. Fazem os jejuns, seguem as leis dietéticas, mas não cantam. Apenas por meio das antigas escrituras hebraicas, creem, os judeus podem encontrar a autoridade teológica e dogmática capaz de direcionar suas vidas.



Fachada da sinagoga Kahal Zur Israel
(Congregação Rochedo de Israel)

Foto | Wilfredo Rafael R. Hernandez

Em Campina Grande há ainda aqueles que praticam o judaísmo de forma solitária, como o estudioso das tradições hebraicas Pedro Agra. Professor da rede municipal, ele diz ter encontrado o judaísmo ao estudar a Bíblia “em busca da verdade” dos seus antepassados, questionando-se sobre o conceito de “salvação” e sobre a interpretação cristã do “verdadeiro messias”. Iniciou então o estudo da língua hebraica e da Torá em uma instituição em São Paulo. Em tese, ele está habilitado a participar de uma cerimônia de conversão ao ser examinado por um Bet Din, tribunal de rabinos responsável por verificar o conhecimento do candidato sobre o judaísmo e sobre a Torá. Ele pode fazer isso pelo sistema liberal dos EUA e obter o sonhado título de judeu não ortodoxo.

Note-se que os líderes dessas comunidades de novos convertidos – Alessandro, Davi André e Noah – são ex-pastores da Assembleia de Deus que, ao seguirem preceitos do Velho Testamento, já vivenciavam jejuns alimentares e outras regras judaicas. Por não terem comprovado a sanguinidade judaica pela linhagem materna ininterrupta – o que não os tornou menos convictos de sua ancestralidade judaica – acionaram diversas estratégias para obter o reconhecimento étnico-religioso. A prática doméstica e comunitária deles está intimamente imbricada por tais conceitos, independentemente de serem ou não considerados “verdadeiros judeus”.

Muitas vezes preceitos e tradições do judaísmo distinguem judeus de não judeus, bem como grupos estabelecidos no judaísmo e outros considerados *outsiders*, especialmente quanto à identidade, prática religiosa e pertencimento comunitário. Em conexão com isso, os grupos judaicos tradicionalmente estabelecidos no Brasil não reconhecem como judeus esses novos convertidos, mesmo que incorporem elementos das tradições hebraicas em seu cotidiano. Isto porque muitos desses convertidos justificam sua pertença ao judaísmo – não por terem constatado sua ascendência genealógica materna (*aqueles que nascem de mãe judia sempre serão judeus: há uma matrilinearidade no reconhecimento dos judeus de nascimento*) – mas por terem a ancestralidade hebraica fundada em recordações da infância, como a presença de símbolos judaicos naquele ambiente doméstico. O sentimento de pertencer ao judaísmo estaria *adormecido* ou *abafado*

pelos preconceitos da sociedade, daí usam o termo “retorno” para explicar seus processos identitários.

Os grupos sociais Maguen David, Amigos da Torah e Caraitas estabeleceram redes de sociabilidade entre interlocutores oficialmente reconhecidos: a Sinagoga Kahal Zur Israel (Centro Cultural Judaico de Pernambuco), a Comunidade Caraita Sefaradi no Brasil – Comjucase e o Centro Cultural e Social Bnei Chalutzi, ambos sediados em São Paulo, o projeto Sinagogas Sem Fronteiras, liderado pelo rabino Gilberto Ventura, a Sinagoga Yeshivá Or Nissim em Jerusalém e a Sinagoga Shearit Israel em Nova York.

Os polos etnificação e cosmopolitização, fenômenos intensificados a partir de momentos de crise política e econômica, são identificados nesse processo. Afinal essas comunidades de novos convertidos ao judaísmo em Campina Grande conseguem alinhar em um mesmo discurso e em uma mesma prática o retorno às origens e tradições mais arraigadas (os ditos “tradicionalismo” ou “primitivismo”) a uma visão de que os judeus formam uma comunidade cosmopolita que contribui para o progresso do “Ocidente”, por serem adeptos e precursores de sociedades democráticas, liberais e laicas. Formam, assim, uma comunidade étnica cosmopolita.

1 Pesquisei sobre Branca Dias em meu mestrado em Antropologia (2016) e em minha tese em Antropologia, em que trabalhei com os *bnei anussim* em Campina Grande/PB, defendida na UFPE em 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44825?mode=full>

Mirella de Almeida Braga | Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE), na área de concentração Religião, Sociedade e Cultura. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). Editora-chefe da revista Interscientia.

Arte que molda a terra perto do céu

Maristela Debenest

Nas alturas andinas, a cerâmica de Quinua amalgama passado e presente em peças de rara beleza

No Altiplano peruano, entre montanhas, vales, planícies e campos, há um lugar onde *toritos* e *iglesias* se encarapitam nos telhados. É Quinua, povoado do departamento de Huamanga, a 37 quilômetros de Ayacucho. Ali, nas singelas casas de adobe, caiadas de branco, entre os cerca de 6.500 habitantes, vivem alguns dos artesãos mais importantes da famosa cerâmica *ayacuchana*.

Sentinelas assentadas na parte mais alta dos telhados, as igrejas e os touros de cerâmica indicam que o povo cultiva tradições seculares. Funcionam como amuletos que protegem os moradores contra maus espíritos e desavenças, e que favorecem a saúde e a fertilidade da criação. Mesclam a fé cristã, trazida pelos conquistadores espanhóis, com antigas crenças dos Huari (ou Wari), povos que viveram no Altiplano antes dos Incas, entre os séculos VI e XIII.

Mas não há só *iglesias* e *toritos* (ou *compas*) em Quinua. A cerâmica se multiplica e desdobra em potes, jarros e vasilhas

utilitárias; em cenas do cotidiano, em criaturas fantásticas, em peças cerimoniais como presépios e manjedouras (chamados de *nacimientos*). Por isso, a maioria dos habitantes do povoado vive da produção de cerâmica, do comércio das peças e do turismo.

A produção cerâmica de Quinua

A cerâmica é uma arte familiar, que se transmite de geração a geração. Os mestres-ceramistas aprenderam com os pais e agora ensinam filhos e sobrinhos em ateliês familiares, que funcionam junto com as moradias. Com isso, a atividade criativa se mistura ao trabalho doméstico cotidiano. Adultos e crianças, todos desempenham suas tarefas específicas, seja no cuidado da casa e da vida, seja na elaboração das peças.

Cada família tem suas próprias características estéticas, o que torna seus trabalhos

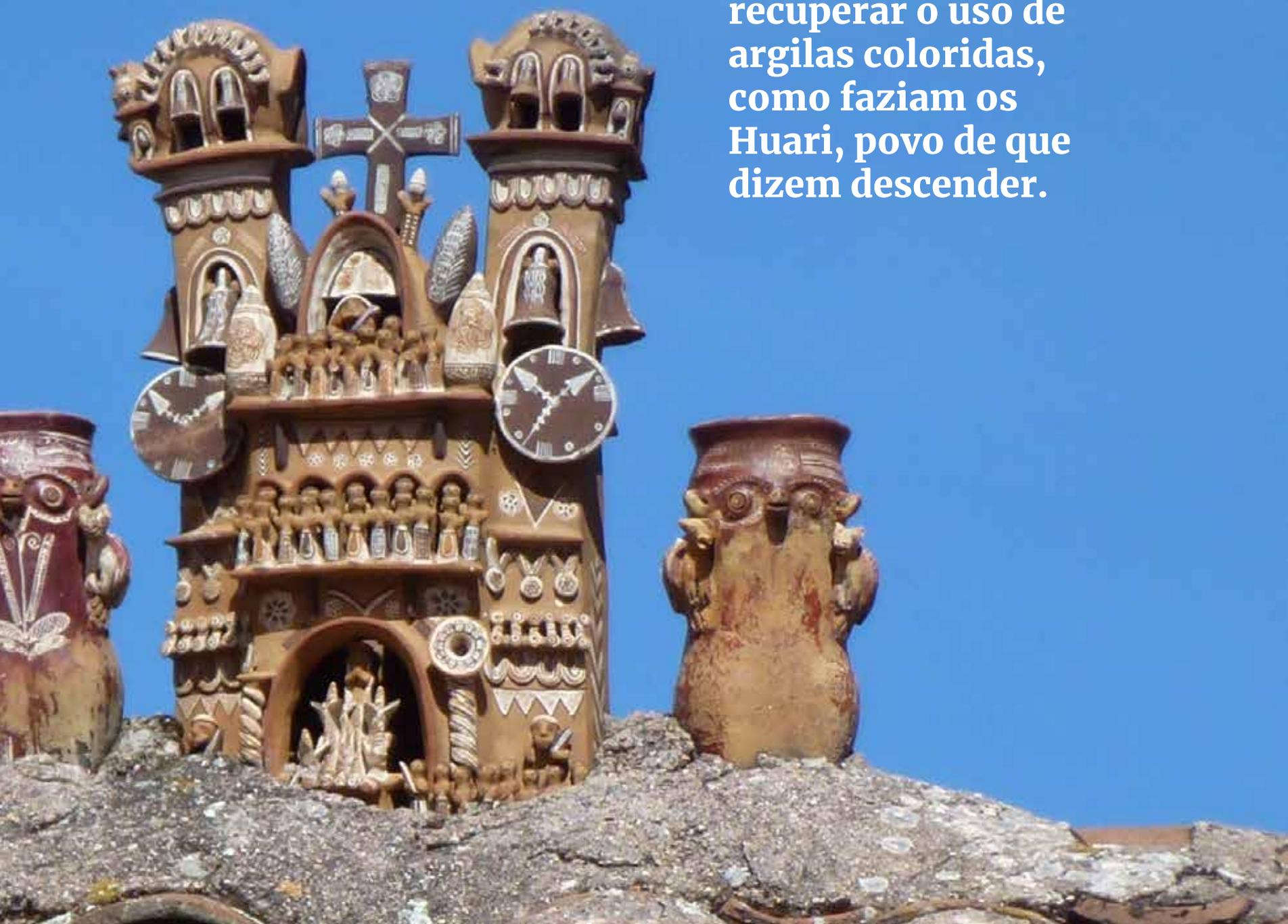


Os telhados das casas do povoado peruano de Quinoa são protegidos por igrejinhas, vasos, touros e outros objetos. O Pavilhão da Criatividade Darcy Ribeiro, do Memorial da América Latina, conserva um acervo com algumas dessas obras preciosas, moldadas na argila por mãos e técnicas que remontam ao período pré-colombiano.

Foto: Randal Sheppard

“

A tradição ceramista vem do período pré-hispânico e muitos ceramistas procuram recuperar o uso de argilas coloridas, como faziam os Huari, povo de que dizem descender.





A cultura huari foi notável, embora ágrafa: seus conhecimentos de engenharia propiciaram a construção de estradas, formando uma rede de comunicação vital para o comércio e a difusão de sua arte e sua religião

reconhecíveis no conjunto da produção local. Além disso, num novo sincretismo estético, alguns artesãos incorporaram novas técnicas e materiais, como pigmentos sintéticos, e passaram a produzir novas peças decorativas – aviões, navios, sereias, duendes, personagens de filmes e jogos.

A tradição ceramista vem do período pré-hispânico e muitos ceramistas procuram recuperar o uso de argilas coloridas, como faziam os Huari, povo de que dizem descender. O Museu Wari, num sítio arqueológico perto do povoado, exhibe preciosas peças de cerâmica que são referências até os dias de hoje para os mestres-artesãos.

Extraída do solo, a argila – retirada de jazidas localizadas nos arredores – deve ser *purificada*, com a eliminação de pedras, galhos e raízes que estejam misturados. Depois será preparada: em geral, costuma-se misturar dois ou mais tipos de argila, acrescentando *acco* (sílica) para fazer a massa, que é sovada exaustivamente.

A argila já trabalhada descansa até atingir o ponto adequado para a modelagem. Alguns

ceramistas usam moldes de gesso para dar forma aos objetos que, posteriormente, serão queimados e pintados. A operação é delicada: elas devem ser distribuídas dentro do forno de modo correto, para evitar que se rachem pelo calor ou se manchem em contato com as chamas. Embora alguns artesãos tenham instalado fornos a gás, estes só são usados eventualmente, pelo alto preço do combustível.

Por fim, a cerâmica será polida ou decorada – com pincéis que outrora eram feitos com penas e plumas de pássaros – usando argila colorida (branca, vermelha, roxa, laranja, cinza, amarela e marrom, entre outras) ou tintas sintéticas. E as cerâmicas *ayacuchanas* ficam finalmente prontas.

O império dos ceramistas Huari

O Peru – assim como seu vizinho, a Bolívia – geralmente é identificado com o grande Império Inca ou Tawantinsuyu, que significa “império das quatro par-

tes”. Muita gente desconhece os povos e impérios que o precederam, como o dos Huari, que durou cerca de cinco séculos até colapsar, quatrocentos anos antes da ascensão do Império Inca.

A civilização dos Huari desenvolveu-se entre os séculos VII e XIII, formando um vasto império desde as regiões costeiras até os altos Andes. A capital do império, Vinhaque, localizava-se a poucos quilômetros a noroeste de Ayacucho, no que hoje é um sítio arqueológico aberto à visitação.

A cultura huari foi notável, embora ágrafa: seus conhecimentos de engenharia propiciaram a construção de estradas, formando uma rede de comunicação vital para o comércio e a difusão de sua arte e sua religião. Produziam tecidos, cerâmica e objetos de ourivesaria. A arte e o artesanato huari tinham claro componente religioso e ritual, destacando-se os objetos cerâmicos (tigelas, garrafas, vasilhas e copos).

Casa de 5 pisos com inquilinos. Barro cozido e tintas naturais. Origem: Quinoa, Ayacucho, Peru. Acervo do Pavilhão da Criatividade Darcy Ribeiro, do Memorial da América Latina.

Foto | Rafael Bezerra





Vasilhame touro e castiçal peixe.
Acervo do Pavilhão da Criatividade do
Memorial da América Latina. Barro
cozido decorado com engobe. De
Quinoa, Ayacucho, Peru. Autoria
desconhecida.

Foto | Rafael Bezerra

Ayacucho, no centro do Peru

Ayacucho é uma cidade situada na região centro-sul do Peru, a pouco mais de 2700 metros de altitude, na vertente leste dos Andes. O nome da cidade foi dado por Simón Bolívar, em 1825, para lembrar a vitoriosa batalha final contra a Espanha pela independência: em quíchua, *ayacucho* significa “rincão dos mortos” ou “rincão dos cadáveres”.

Toda a área fica no entroncamento de duas serras da Cordilheira. Desde tempos remotos, sua localização privilegiada – a meio caminho entre as densas matas amazônicas ao norte e o grande reservatório natural de água doce ao sul, o lago Titicaca – tornou essa área um importante ponto de atividade comercial entre cidades de diferentes impérios, como os de Tiahuanaco, Huari, Nazca, Chimú e Inca.

“

Por fim, a cerâmica será polida ou decorada – com pincéis que outrora eram feitos com penas e plumas de pássaros – usando argila colorida (branca, vermelha, roxa, laranja, cinza, amarela e marrom, entre outras) ou tintas sintéticas.





Cântaros de autoria desconhecida.
Origem: Quinua, Ayacucho, Peru.
Acervo do Pavilhão da Criatividade
Darcy Ribeiro, do Memorial da
América Latina.

Foto | Rafael Bezerra



Nas cercanias, os sítios arqueológicos Wari e Vilcashuaman revelam majestosas construções anteriores a Machu Picchu, enquanto seus museus exibem retalhos dos tecidos e peças da cerâmica pré-incaica Huari, encontrados nas escavações – que prosseguem, trazendo novos achados e descobertas.

A arquitetura colonial de Ayacucho é pródiga em igrejas do barroco peruano, com seu interior ornado de pinturas e retábulos coloridos, talhados em madeira e banhados a ouro. Imagens sacras de alabastro (conhecido como *pedra huamanga*) são vendidas no comércio local, assim como as cerâmicas utilitárias, decorativas e cerimoniais de Quinua, filigranas em prata e típicos retábulos coloridos. Tudo isso faz a



Recipientes de cerâmica em vários tons aplicados sobre fundo brunido representando músicos de Quinua, Ayacucho, Peru. Autoria desconhecida. Pavilhão da Criatividade Darcy Ribeiro, do Memorial da América Latina.

Foto | Rafael Bezerra

cidade ser conhecida como “capital da arte popular e do artesanato”.

Os conhecimentos, saberes, técnicas e práticas relacionadas à cerâmica de Quinua foram declarados patrimônio cultural peruano em 2019. Conhecer seus objetos é como tocar a história da América andina, dialogar com povos originários, cruzar uma ponte que liga o passado remoto ao presente. É compreender que o antigo é também contemporâneo.

Maristela Debenest | é redatora da Fundação Memorial da América Latina



Obras-primas da literatura argentina na Coleção de Hector Babenco

Paulo Lannes

Em 2017, a Biblioteca Latino-Americana do Memorial enriqueceu seu acervo com a doação de 255 títulos da coleção particular de mil livros de literatura deixada pelo cineasta Hector Babenco, falecido em 2016.

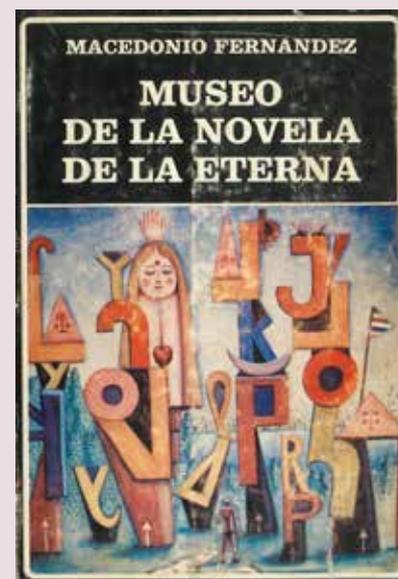
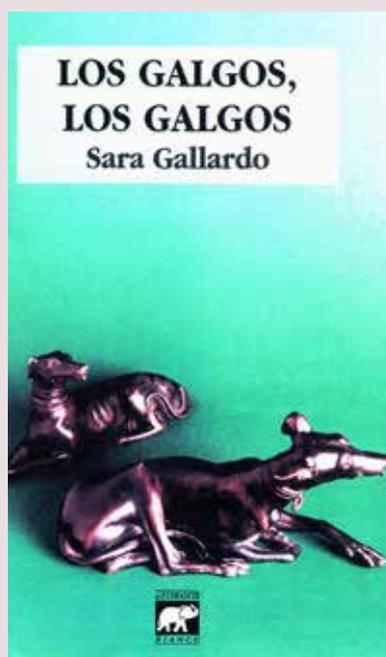
A seleção das obras doadas pela família Babenco foi feita criteriosamente pelas filhas do diretor, Janka e Myra. Todos os livros doados já foram catalogados e disponibilizados para consulta na Biblioteca Latino-Americana.

O Memorial selecionou cinco títulos da coleção, romances que são verdadeiras obras-primas da literatura argentina. Conheça cada um deles:

Los galgos, los galgos

Sara Gallardo

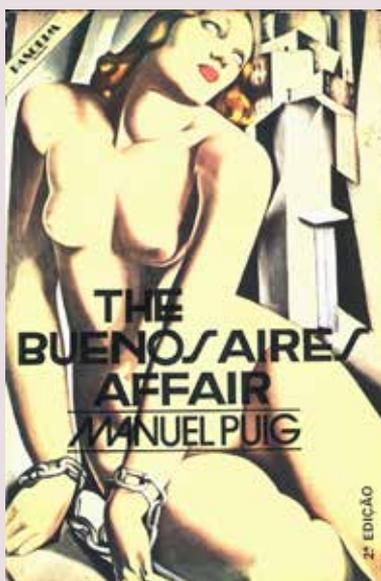
Publicado em 1968, trata-se do romance mais premiado e bem-sucedido da escritora e é considerado o auge de sua maturidade narrativa. Uma história de amor inesquecível se desenvolve em meio a vigorosa crítica social, ao apontar as complexas relações entre civilidade e barbárie, tema pungente da literatura latino-americana.



Museo de la novela de la Eterna

Macedonio Fernández

A escrita é o tema desta obra máxima do Macedonio Fernández. O texto, como um quadro labiríntico, interroga a ficção sem, no entanto, pecar na estética. Romance estranho, centra-se na questão da verossimilhança das experiências mentais, confundidas com um itinerário de digressões em torno de um único personagem: o leitor.



The Buenos Aires Affair

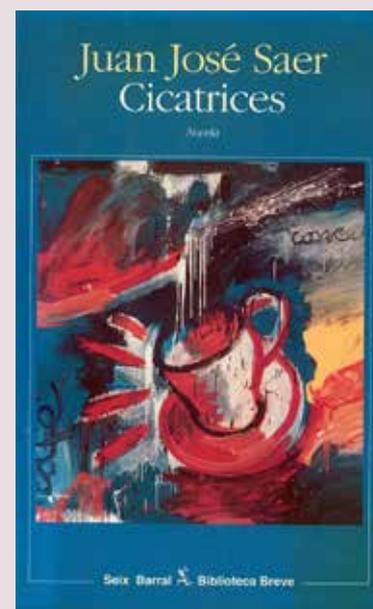
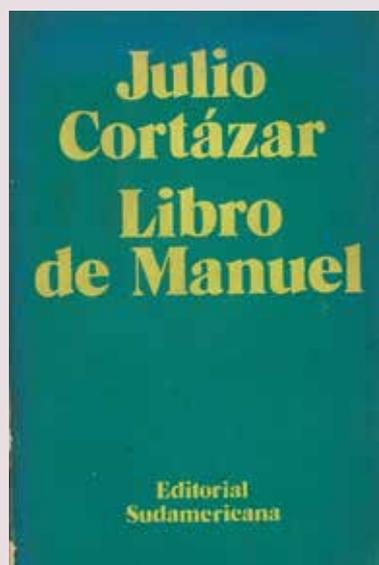
Manuel Puig

Numa versão peculiar dos romances policiais, a trama aparentemente convencional de sexo e morte se transforma em uma das obras mais inovadoras de nosso tempo. No romance, fascinante e idiossincrático *thriller* que se apropria da cultura pop, o escritor esquarteja impiedosamente as linguagens cinematográfica e folhetinesca para remontá-las nas páginas do texto, de forma arrebatadora.

Libro de Manuel

Julio Cortázar

A obra mais política do escritor Julio Cortázar: escrito nos turbulentos anos de 1969 e 1972, o livro transcende as fronteiras entre ficção e realidade. O romance combina triângulos amorosos com os bastidores de uma operação revolucionária, fazendo uma denúncia concreta das ações repressivas ocorridas durante os anos de chumbo da América Latina.

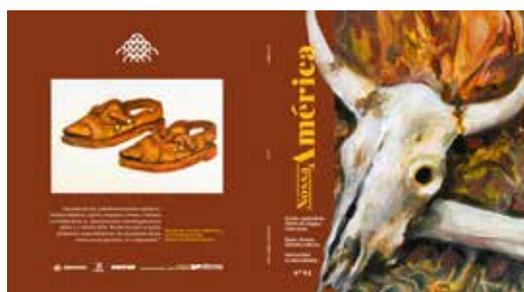


Cicatrices

Juan José Saer

Dividido em quatro partes, cada uma com quatro diferentes protagonistas, trata-se de um romance único que contém várias obras numa só. As narrativas e os protagonistas se movem num tempo circular e fechado, e gravitam em torno de um acontecimento singular que marcará cada um de seus destinos.

Paulo Lannes | Doutor em História e Crítica da Arte pela Universidade de Brasília. Co-fundador da editora Pinard, especializada em resgatar clássicos da literatura latino-americana.



CAPA Alpercatas de couro e detalhe da carcaça de animal no sertão

Ilustração | Adriana Coppio
Design | Rafael Bezerra

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tarcício de Freitas
Governador do Estado de São Paulo

Marília Marton
Secretária de Estado de Cultura,
Economia e Indústria Criativas

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

CONSELHO CURADOR

Almino Monteiro Álvares Afonso
Presidente do Conselho

Marcelo Fernandes Pereira
Vice-presidente do Conselho

Marília Marton
Secretária de Cultura, Economia e
Indústria Criativas do Estado de São
Paulo

Vahan Agopyan
Secretário de Ciência, Tecnologia e
Inovação do Estado de São Paulo

Antonio José de Almeida Meirelles
Reitor da Universidade Estadual de
Campinas – UNICAMP

Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Reitor da Universidade de São Paulo – USP

Pasqual Barretti
Reitor da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
– UNESP

Marco Antonio Zago
Presidente da Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado de São Paulo –
FAPESP

Max Perlingeiro
Membro do Conselho

DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Mastrobuono
Diretor-presidente

Roberto Bertani
Diretor do Centro Brasileiro de
Estudos da América Latina

João Carlos Corrêa
Diretor de Atividades Culturais

Lucas Jordão Cunha
Diretor Administrativo e Financeiro

NOSSA AMÉRICA 62

Conselho editorial
Eduardo Rascov, João C. Corrêa,
Margarida Maria K. Kunsch,
Milton F. M. Lautenschlager,
Pedro Mastrobuono
e Roberto Bertani.

Diretor
Roberto Bertani

Editor
Eduardo Rascov

**Edição, redação, preparação de
textos e revisão**
Eduardo Rascov e Maristela Debenest

Projeto gráfico
Rafael Bezerra

Pesquisa iconográfica
Eduardo Rascov e Maristela Debenest

Produção
Maria Vitória Lima, Maristela
Debenest, Raiane Kely Carvalho Félix
e Teresa Cristina Carraro Abbud

Textos
Adriana Coppio, Alberto Hernández,
Cláudia Alexandre, Eduardo Rascov,
Frederico Pernambucano de Mello,
Marcos Gomes, Maristela Debenest,
Mirella de Almeida Braga, Natasch
Stefania Carvalho de Ostos, Paulo
Lannes, Rodrigo Cesarin

Ilustrações
Adriana Coppio

Fotografias
Cristiano Cardoso, Daderot, Denis
A. C. Conrado, Fernando Marino,
Francisco Philipe Cunha Paz, Grete
Howard, Ivan Di Simoni, Kennedy
Silva, Lauro Sirgado, Marcelo
Calazans, Rafael Bezerra, Randal
Sheppard, Saiklo, Toluaye e Wilfredo
Rafael R. Hernande

Agradecimento
Instituto Ampara Animal

Os textos são de total
responsabilidade dos autores, não
refletindo o pensamento de *Nossa
América/ Nuestra América*

Proibida a reprodução
do conteúdo da revista.

NOSSA AMÉRICA/ NUESTRA AMÉRICA
publicação da Fundação
Memorial da América Latina

Redação: Av. Mário de Andrade, 664,
Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil.
CEP 01156-001

Tel. 55 11 3823-4600
www.memorial.org.br
ISSN 0103-6777



**Acesse esta e outras
publicações do Memorial**



/memorialamericalatina



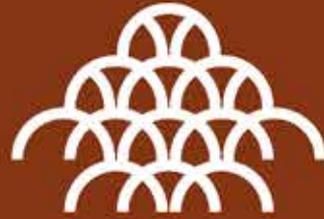
@memorialdaamericalatina



memorial.org.br

As fontes utilizadas na
composição da revista são
Merriweather e Butler.





“As manchas dos juazeiros tornaram a aparecer, Fabiano aligeirou o passo, esqueceu a fome, a canseira e os ferimentos. As alpercatas dele estavam gastas nos saltos, e a embira tinha-lhe aberto entre os dedos rachaduras muito dolorosas. Os calcanhares, duros como cascos, gretavam-se e sangravam.”

Trecho do romance *Vidas Secas*,
de Graciliano Ramos
Ilustração de Adriana Coppio